



Curso

EAD – Ao vivo

Apresentamos nosso curso EAD ao vivo, desenvolvido para qualificar a atuação na administração pública com conteúdos práticos e interação em tempo real.

Nesta circular, você encontrará informações essenciais para sua participação e aprimoramento profissional.



**INSTITUTO
DE ESTUDOS
MUNICIPAIS**



51 3778 1188



www.iem.inf.br

CURSO EAD - AO VIVO - SAPIEM NA PRÁTICA: DOCUMENTOS, TELAS DE CADASTRO, FLUXOS, REMESSA E RETIFICAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

Datas: 14, 15 e 16 de outubro de 2026.

Modalidade: EaD e ao vivo. Acompanhe o professor em tempo real.

Horários: das 9h às 12h.

Inscrições: em www.iem.inf.br, até o dia 9 de outubro de 2026.

Certificado: carga horária de 9h, com certificado para quem completar a frequência mínima de 70%.

Total de 9 horas no Pró-Gestão RPPS, pelo Instituto Totum

Apresentação:

Treinamento prático sobre o Sistema de Pensões e Inativações da Esfera Municipal — SAPIEM, estruturado a partir das telas, menus e fluxos utilizados pelos municípios para o registro dos atos de inativação e pensão junto ao TCE-RS. O curso será conduzido com foco operacional, acompanhando o caminho percorrido pelo usuário no Portal do TCE-RS com a abertura de nova inativação, identificação do servidor, conferência dos dados cadastrais e funcionais, seleção da modalidade de benefício, preenchimento das fichas do SAPIEM, lançamento de tempos averbados, cálculo de média, utilização dos campos de comentários e observações, geração do ato de inativação, conferência de documentos obrigatórios, análise de erros e avisos. Possibilidade de importação de dados e validação das informações.

Também serão abordados os principais cuidados para evitar inconsistências no preenchimento, divergências entre documentos e campos do sistema, erros na modalidade do benefício, falhas na informação de tempos averbados, inconsistências no cálculo, ausência de documentos, problemas na fundamentação do ato e situações que podem gerar diligências ou retrabalho perante o Tribunal de Contas.

Objetivos

Capacitar os participantes para operar o SAPIEM de forma segura e orientada ao fluxo oficial de registro dos atos de inativação, compreendendo o que deve ser preenchido em cada tela, quais documentos devem fundamentar as informações lançadas, quais erros são mais frequentes e quais conferências devem ser realizadas antes da remessa ao TCE-RS.

Público-alvo: Servidores municipais que atuam no RH, Departamento de Pessoal, unidades gestoras de RPPS, operadores do SAPIEM, controle interno, procuradorias, assessorias jurídicas, secretarias de administração e demais responsáveis pela análise, instrução, lançamento, conferência ou remessa de atos de aposentadoria ao TCE-RS.

Docente:

Jair Antunes Montiel, Sócio do IEM. Especialista em Administração Pública no Século XXI (UFRGS – 2021). Planejador, desenvolvedor e revisor do sistema de informática IEMPREV web. Idealizador das ferramentas de Módulo Censo e Prova de Vida On-line. Servidor municipal, no Departamento de Recursos Humanos, dos Municípios de Salvador do Sul - RS (2007-2011), Carlos Barbosa – RS (2012) e Tupandi – RS (2012-2014); Vereador na legislatura (2009-2012); Técnico em Administração (IFRS), Docente em cursos e em treinamentos ministrados pelo IEM na área de Previdência e Transporte escolar.

Pauta do curso:

1. Responsabilidade, organização e capacitação do agente responsável pelo processo de inativação;
2. Apresentação, estrutura e funcionalidades do SAPIEM;
3. Acesso, ambientação e fluxo inicial no sistema;
4. Modalidades de benefício e estrutura das fichas do SAPIEM;
5. Tempos, cálculo, documentos e ato de inativação e pensão;
6. Conferência, validação e envio ao TCE/RS;
7. Análise de erros, avisos e validações;
8. Diligências, retificações e gestão dos processos;
9. Oficina na prática com simulações.

Materiais bônus:

Checklist de conferência anterior à remessa;

FAQ: Perguntas e respostas sobre situações enfrentadas pelos operadores do sistema.

Investimento:

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES POR ÓRGÃO PÚBLICO	PAGAMENTO ATÉ 14/09/2026	PAGAMENTO APÓS 14/09/2026	Valor correspondente ao curso. NÃO estão incluídas parcelas de alimentação, hospedagem, traslados e outras que se façam necessárias a participação no evento.
1 participante	R\$ 590,00 por pessoa	R\$ 690,00 por pessoa	
2 participantes	R\$ 560,00 por pessoa	R\$ 660,00 por pessoa	
3 participantes	R\$ 530,00 por pessoa	R\$ 630,00 por pessoa	
4 participantes ou mais	R\$ 490,00 por pessoa	R\$ 590,00 por pessoa	

Importante: Sua inscrição só será confirmada mediante pagamento ou envio do empenho com até 10 dias de antecedência ao evento, pelo e-mail cursos@estudosmunicipais.com.br ou via WhatsApp (51) 3778-1188. As inscrições confirmadas por meio de empenho seguem a mesma política de cancelamento das inscrições pagas, conforme prazos e regras estabelecidos no termo de aceite disponível no site.

Ficou com alguma dúvida? Detalhes sobre o curso podem ser obtidos por telefone/WhatsApp (51) 3778-1188 ou e-mail cursos@estudosmunicipais.com.br

Inscriva-se em: www.iem.inf.br, VAGAS LIMITADAS!

Como funcionam nossos cursos on-line ao vivo?

O aluno deverá estar presente nos encontros agendados para as aulas ao vivo; a obtenção do certificado dependerá da frequência do aluno nas aulas ao vivo e da assinatura da lista de presença; no dia do curso, o aluno poderá fazer download do e-book do curso e demais materiais que estiverem disponíveis. Os materiais em PDF ficarão disponíveis por 30 dias, contados da data do início do curso, para a visualização na plataforma Moodle do IEM; as aulas serão ministradas nos dias e horários agendados na circular do curso, através de videoconferência, 100% ao vivo, em plataforma de transmissão online, com interação pelo fórum de discussão do curso; Todos os conteúdos em PDF podem ser baixados durante o período do curso, incluindo apostila, preparada com muito zelo por nossos profissionais.

Plataformas: Todos os materiais do curso serão disponibilizados em formato PDF na Plataforma Moodle do IEM. A videoconferência será ao vivo via plataforma Elos.

Requisitos: Antes do início da videoconferência, os requisitos listados abaixo devem ser avaliados para o bom funcionamento da plataforma e aproveitamento do curso. Boa conexão de internet, preferencialmente via cabo, com velocidade mínima de 10mbps; Webcam e microfone; Sistema de sonorização com qualidade (preferencialmente fones de ouvido); Navegador: Google Chrome, Mozilla Firefox ou Microsoft Edge.

Ficou com alguma dúvida? Chame a gente no WhatsApp, em **(51) 3778-1188**

PORTFÓLIO DE CURSOS E ESPECIALIZAÇÃO DO IEM - INSTITUTO DE ESTUDOS MUNICIPAIS

O IEM – Instituto de Estudos Municipais Ltda é uma instituição voltada para a qualificação de recursos humanos, prestação de assessorias técnicas e desenvolvimento de sistemas de informática, com ênfase na Administração Pública e foco nas peculiaridades da Administração Municipal.

Atua há mais de 28 anos junto ao setor público, em especial aos Municípios, o IEM – Instituto de Estudos Municipais, prezando pela excelência na qualificação dos servidores públicos, com inspiração na sua Missão, que é prestar serviços técnicos especializados, com enfoque prioritário na Administração Pública, com zelo à necessária constitucionalidade e tendo como premissa a eficiência dos resultados e a ética em todos os procedimentos.

O Instituto já realizou, ao longo de seus 28 anos, mais de 1.200 edições de cursos, especialmente presenciais, além da experiência pelos sistemas EAD e na realização de webinários, tendo certificado mais de 40 mil alunos.

Destacam-se, entre as temáticas priorizadas nos cursos, as áreas do Direito Administrativo, Licitações, Saúde, Previdência, Direito Civil, Direito Tributário, Ambiental e Urbanístico, Comunicação, Contabilidade, Transporte Escolar, Educação, Trânsito, Fiscalização, dentre outras áreas. Promoveu inúmeros cursos nos Estados do RS, SC, PR, SP, MG, BA, PE, e RN, inclusive diversos na modalidade *in Company*, em diferentes Estados da Federação.

Alguns títulos já ministrados dentre essas grandes áreas:

AREA	CURSO
TRANSPORTE ESCOLAR	Cálculo de custos do Transporte Escolar, licitação e contratação dos serviços
TRANSPORTE ESCOLAR	Cálculo de custos, licitação e contratação do transporte escolar
TRANSPORTE ESCOLAR	Curso avançado de transporte escolar
TRANSPORTE ESCOLAR	Curso prático de cálculo de custos do transporte escolar
TRANSPORTE ESCOLAR	Curso prático: gestão do transporte escolar com os sistemas Google Earth, sistema eletrônico de gestão do transporte escolar (SETE), do governo federal, e exemplos de sistemas estaduais
TRANSPORTE ESCOLAR	Encontro sobre transporte escolar
TRANSPORTE ESCOLAR	Fiscalização do transporte escolar e programa de prevenção de acidentes -PPA
TRANSPORTE ESCOLAR	Formação de monitores do transporte escolar

AREA	CURSO
TRANSPORTE ESCOLAR	Formação de monitores do transporte escolar, requisitos legais dos cargos e exigências dos terceirizados
TRANSPORTE ESCOLAR	I Seminário do Transporte Escolar - Segurança, Responsabilidade, Regulamentação
TRANSPORTE ESCOLAR	Jornada de Transporte escolar: Segurança, qualidade e responsabilidade
TRANSPORTE ESCOLAR	licitação do transporte escolar: redução de custos e montagem de planilhas
TRANSPORTE ESCOLAR	Licitação e contratação do transporte escolar
TRANSPORTE ESCOLAR	Métodos práticos de planejamento, gestão e fiscalização do transporte escolar – atendimento aos preceitos da nova lei de licitações
TRANSPORTE ESCOLAR	Monitores do transporte escolar: requisitos legais para concurso público e exigências para a terceirização dos serviços
TRANSPORTE ESCOLAR	Novo marco legal do transporte escolar: roteiro, direito aplicável e modelos de leis, decreto e resolução
TRANSPORTE ESCOLAR	Plano municipal do transporte escolar
TRANSPORTE ESCOLAR	Plano municipal do transporte escolar: Tudo sobre as normas aplicáveis e a estruturação dos serviços
TRANSPORTE ESCOLAR	Regime de fretamento do transporte escolar no âmbito municipal
TRANSPORTE ESCOLAR	Regulamento e fiscalização do transporte escolar
TRANSPORTE ESCOLAR	Regulamento, custos e Licitação do transporte escolar
TRANSPORTE ESCOLAR	Reestruturação do Plano Municipal do Transporte Escolar: definição do direito e dos recursos e reestruturação da forma de prestação dos serviços
TRANSPORTE ESCOLAR	Transporte Escolar: cálculo de custos e orientações para licitação e contratação.
TRANSPORTE ESCOLAR	Transporte Escolar: cálculo de custos e orientações para licitação e contratação (Módulo II)
TRANSPORTE ESCOLAR	Transporte escolar: cálculo e controle de custos
TRANSPORTE ESCOLAR	Transporte Escolar: Curso Prático de Cálculo de Custos e Elaboração de Planilhas para Licitação
TRANSPORTE ESCOLAR	Transporte escolar: direito aplicável, regulamento municipal e responsabilidades
TRANSPORTE ESCOLAR	Transporte escolar: fatores críticos de risco e metodologia para programa de prevenção de acidentes
TRANSPORTE ESCOLAR	Transporte escolar: regulamento municipal e fiscalização contratual e de trânsito
TRANSPORTE ESCOLAR	Transporte escolar: regulamento municipal e procedimentos de fiscalização
TRANSPORTE ESCOLAR	transporte escolar: regulamento municipal e procedimentos de fiscalização contratual e de trânsito

AREA	CURSO
TRANSPORTE ESCOLAR	WEBINÁRIO: OS CONTRATOS DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA: SITUAÇÕES, REFLEXOS E POSSIBILIDADES – Aula 1
TRANSPORTE ESCOLAR	WEBINÁRIO: OS CONTRATOS DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA: SITUAÇÕES, REFLEXOS E POSSIBILIDADES – Aula 2
EDUCAÇÃO	Política Municipal de Educação: Aspectos Jurídicos Essenciais
EDUCAÇÃO	Implantação e gestão de escolas de educação infantil
EDUCAÇÃO	Administração de Escolas Municipais - Módulo III: Regulamento das competências e padronização dos atos administrativos
EDUCAÇÃO	Administração de Escolas Municipais - Módulo II: Legalidade, organização e liderança
EDUCAÇÃO	Administração de Escolas e Creches Municipais - Módulo I: Adequações legais e administrativas
EDUCAÇÃO	Administração de Escolas Municipais - Módulo I: Adequações legais e administrativas
EDUCAÇÃO	Organização de Bibliotecas Escolares
EDUCAÇÃO	Aperfeiçoamento do Plano de Trabalho da Educação
EDUCAÇÃO	Informatização de escolas e da Secretaria de Educação: Modernização e racionalização de recursos
EDUCAÇÃO	Prestação de contas dos recursos da educação do programa dinheiro direto na escola - PDDE: Em face à resolução n.º 2 de 18/01/2012 (Sistema de Gestão de Prestação de Contas - SIGPC); Resolução/CD/FNDE n 5, de 31/03/2014; e Res. N 15, de 10/07/2017
EDUCAÇÃO	Prestação de contas dos recursos da educação: PNATE< PDDE e PNAE, em face à resolução n 02 de 18/01/2012 (Sistema de Gestão de Prestação de Contas - SIGPC) e Resolução/CD/FNDE n 24 de 14 de junho de 2013
EDUCAÇÃO	Prestação de contas dos recursos da educação: PNATE< PDDE e PEATE, em face à resolução n 02 de 18/01/2012 e o Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC)
EDUCAÇÃO	Orçamento, gestão e prestação de contas dos recursos da educação: PNATE, PNAE E PDDE
EDUCAÇÃO	Prestação de contas dos recursos da educação: PNATE, PNAE, PDDE, e PEATE
EDUCAÇÃO	Práticas na elaboração do orçamento da educação municipal (LDO e LOA) e Gestão do recursos: aplicação e prestação de contas
EDUCAÇÃO	Gestão Financeira e orçamentária na educação municipal - Estrutura, gestão e aplicação dos recursos
EDUCAÇÃO	Aplicação e prestação de contas dos recursos do programa dinheiro direto na escola - PDDE
EDUCAÇÃO	Fatores de risco nas escolas e creches: legislação a observar e medidas preventivas

AREA	CURSO
EDUCAÇÃO	Administração de escolas públicas - Módulo I: Adequações legais e administrativas
EDUCAÇÃO	Direção de Escola
EDUCAÇÃO	Encontro de Educação
EDUCAÇÃO	II Encontro de Educação
EDUCAÇÃO	4º Encontro de Educação
EDUCAÇÃO	Organização da Produção e do Fornecimento da Merenda Escolar e orientações para Licitação
EDUCAÇÃO	Organização da Produção Local e do Fornecimento para a Alimentação Escolar: Integração de Iniciativas pela qualidade e orientações para Licitação
TRÂNSITO	Responsabilidade dos servidores municipais com o novo código de trânsito brasileiro
TRÂNSITO	O novo código de trânsito brasileiro: adotando um comportamento seguro
TRÂNSITO	Encontro sobre junta administrativa de recursos e infrações - JARI
TRÂNSITO	Municipalização do trânsito órgão executivo de trânsito
TRÂNSITO	Municipalização do trânsito passo a passo: fundamentos técnicos, roteiros e modelos de projeto de Lei e decretos
TRÂNSITO	Regularização do serviço de táxi: adequações legais, licitação e fiscalização
TRÂNSITO	Táxi, mototáxi e moto-frete: adequações legais, licitação e fiscalização
TRÂNSITO	Regime de táxi, mototáxi, moto-frete e o Uber: como adequar a legislação municipal ao direito vigente
FISCALIZAÇÃO	Fiscalização municipal de trânsito, obras, ambiente e sanitária: fundamentos legais e adequações administrativas
AMBIENTE/URBANISMO	Fundamentos de direito para engenheiros, arquitetos, assessores e dirigentes de órgãos municipais de engenharia, obras, urbanismo e ambiente
AMBIENTE/URBANISMO	Planos municipais de gerenciamento de resíduos sólidos - Procedimentos operacionais para atendimento para atendimento da Lei Federal nº12.305/10
AMBIENTE/URBANISMO	Planos municipais de gerenciamento de resíduos sólidos
AMBIENTE/URBANISMO	Os municípios e a questão ambiental
AMBIENTE/URBANISMO	Fundamentos de direito ambiental para a administração pública
AMBIENTE/URBANISMO	Encontro estadual sobre agricultura e meio ambiente
AMBIENTE/URBANISMO	Fundamentos de direito ambiental e constitucional e exercício do poder de polícia
AMBIENTE/URBANISMO	Tributação ambiental municipal
AMBIENTE/URBANISMO	Manejo de árvores em áreas urbanas: legislação, implantação e técnicas de manutenção e poda

AREA	CURSO
AMBIENTE/URBANISMO	Manejo de árvores em áreas urbanas: legislação, implantação e técnicas de manutenção e poda NBR 16.246-I e a LC Nº 140/11
AMBIENTE/URBANISMO	Arborização urbana
AMBIENTE/URBANISMO	Curso de arborização urbana e poda
AMBIENTE/URBANISMO	Arborização urbana e poda
AMBIENTE/URBANISMO	Manejo de Árvores em áreas urbanas, norma de poda NBR 16.246-I/13 e a LC Nº140/11
AMBIENTE/URBANISMO	Licenciamento ambiental e municipalização do meio ambiente
AMBIENTE/URBANISMO	Licenciamento ambiental Modulo I: licenciamento, fiscalização e competências
AMBIENTE/URBANISMO	Licenciamento ambiental Modulo I: licenciamento, fiscalização e competências e as Novas Licenças LU, LOR e LAC
AMBIENTE/URBANISMO	Imagens por satélite e sua aplicação no município
AMBIENTE/URBANISMO	Imagens por satélite e sua aplicação no município
AMBIENTE/URBANISMO	Planejamento urbano e adaptação climática
AMBIENTE/URBANISMO	Financiamento climático para cidades
AMBIENTE/URBANISMO	Licenciamento Ambiental Módulo III: fiscalização e autos de infração
LICITAÇÃO	Licitações, padronização de compras e inexecução contratual
LICITAÇÃO	Processo licitatório, contratação com a administração pública e inexecuções contratuais
LICITAÇÃO	Licitação de bens e serviços de informática
LICITAÇÃO	Licitação da merenda escolar
LICITAÇÃO	Licitação e contratação de serviços administrativos e de saúde e processo de seleção dos ACS e ACE
LICITAÇÃO	O processo licitatório de padronização de frotas de veículos: economia, vantagens técnicas e uniformidade
LICITAÇÃO	Processo de dispensa ou inexigibilidade de cursos, palestras, treinamentos e similares e orientações para os casos em que é imperativa a licitação
LICITAÇÃO	O novo pregão eletrônico: Adequações ao Decreto 10.024/19
LICITAÇÃO	Nova Lei de Licitações e Contratações Públicas
SAÚDE	Licitação de Medicamentos
SAÚDE	Medicamentos e Serviços de Saúde: a "necessária" organização da dispensação e as estratégias para o enfrentamento da "judicialização da saúde"
SAÚDE	Fornecimento de medicamentos e serviços da saúde: procedimentos administrativos e as estratégias de defesa dos municípios
SAÚDE	Fornecimento de medicamentos e serviços da saúde: a limitação da responsabilidade do estado e as estratégias de defesa dos municípios
SAÚDE	Controle judicial da administração pública: as ações para fornecimento de medicamentos

AREA	CURSO
SAÚDE	Responsabilidade civil, mandado de segurança e ações cominatórias para fornecimento de medicamentos
SAÚDE	Biodisponibilidade de nutrientes na alimentação infantil e do escolar
SAÚDE	Perigos e pontos críticos no serviço de alimentação: identificação, controle e ação
SAÚDE	Higiene e segurança alimentar com ênfase no processo produtivo
SAÚDE	Manual de boas práticas - higiene e segurança alimentar
SAÚDE	Manual básico de Higiene e segurança no serviço de alimentação
SAÚDE	Avaliação nutricional do pré-escolar, escolar e adolescente: atualização e as novas curvas de crescimento da OMS
SAÚDE	Avaliação e vigilância nutricional de escolares
SAÚDE	Educação alimentar no ensino fundamental
SAÚDE	Novo sistema de informações da atenção básica: e-sus AB detalhamento das operações e funcionalidades de interesse municipal
SAÚDE	Gestão da saúde municipal: ferramentas necessárias à secretaria municipal e aos órgãos de apoio
SAÚDE	Gestão da secretaria municipal da saúde - Módulo 1: Estruturação legal e administrativa dos serviços, dos órgãos e dos servidores
SAÚDE	Lei Orçamentária da saúde municipal: estrutura, gestão e aplicação dos recursos
SAÚDE	Gestão do financiamento do sistema único da saúde e regulação de assistência à saúde
SAÚDE	Gestão e prestação de contas dos recursos da saúde
SAÚDE	Gestão Financeira e orçamentária na saúde municipal - Estrutura, gestão e aplicação dos recursos
SAÚDE	Aperfeiçoamento do Plano de Trabalho da saúde municipal: Legalidade, organização e eficiência
SAÚDE	Adequação e aperfeiçoamento do plano de trabalho da saúde municipal: Legalidade, organização, produtividade e liderança
SAÚDE	III Curso DPM de capacitação em saúde
PREVIDÊNCIA	Preparatório para a realização de prova de certificação para responsáveis pela gestão dos recursos dos regimes próprios de previdência social - RPPS (CPA-20, CPA-10 e ANCOR)
PREVIDÊNCIA	Preparatório para a realização de prova de certificação para responsáveis pela gestão dos recursos dos regimes próprios de previdência social - RPPS
PREVIDÊNCIA	Curso preparatório para a realização de prova de certificação para responsáveis pela gestão dos recursos dos regimes próprios de previdência social - RPPS
PREVIDÊNCIA	Exame de certificação para agente autônomo de investimentos

AREA	CURSO
PREVIDÊNCIA	Preparatório para realização de prova de certificação para responsáveis pela gestão dos regimes próprios de previdência social - RPPS
PREVIDÊNCIA	Formação de gestores dos regimes próprios de previdência
PREVIDÊNCIA	Encontro sobre compensação financeira entre os regimes de previdência e cálculo de aposentadorias
PREVIDÊNCIA	Compensação previdenciária: prática COMPREV Módulos RO e RI
PREVIDÊNCIA	Aprenda a investir as reservas patrimoniais dos regimes próprios de previdência social - RPPS
PREVIDÊNCIA	Elaboração da política anual de investimentos dos recursos dos regimes próprios de previdência social - RPPS
PREVIDÊNCIA	Capacitação do Comitê de investimentos dos regimes próprios de previdência
PREVIDÊNCIA	Aposentadorias Pensões e Servidores Públicos
PREVIDÊNCIA	Aposentadorias dos e Servidores da Educação
PREVIDÊNCIA	Aposentadoria dos Servidores da Educação
PREVIDÊNCIA	Viabilidade financeira e atuarial dos regimes de previdência dos pequenos municípios
PREVIDÊNCIA	Atualização das normas atuariais e alterações para 2010
PREVIDÊNCIA	Elaboração de avaliação atuarial adequada às características do RPPS
PREVIDÊNCIA	Gestão dos regimes próprios de previdência
PREVIDÊNCIA	Gestão dos regimes próprios de previdência: atualização e regulamentação interna
PREVIDÊNCIA	Gestão dos regimes próprios de previdência para setor de pessoal, diretoria e conselhos dos fundos
PREVIDÊNCIA	Gestão e benefícios dos regimes próprios de previdência
PREVIDÊNCIA	Obrigações previdenciárias municipais
PREVIDÊNCIA	Obrigações previdenciárias municipais perante o regime geral de previdência social - RGPS: Pagamentos e retenções - destaque: RAT, FAP 2011 e MANAD
PREVIDÊNCIA	Regimes próprios de previdência social: fundamentos de direito administrativo para a gestão dos conselhos
PREVIDÊNCIA	Encontro sobre compensação financeira entre os regimes próprios de previdência
PREVIDÊNCIA	Perfil profissiográfico previdenciário
PREVIDÊNCIA	Encontro sobre contribuições e benefícios previdenciários - INSS
PREVIDÊNCIA	Encontro sobre regimes próprios de previdência
PREVIDÊNCIA	Encontro estadual de atualização previdenciária regimes próprios e INSS
PREVIDÊNCIA	Encontro estadual de atualização previdenciária regimes próprios de previdência social e compensação financeira previdenciária
PREVIDÊNCIA	IV Encontro estadual sobre regimes próprios de previdência social

AREA	CURSO
PREVIDÊNCIA	VII Encontro sobre regimes próprios de previdência social - RPPS
PREVIDÊNCIA	X Encontro sobre previdência social
PREVIDÊNCIA	XI Encontro estadual de previdência social - RPPS
PREVIDÊNCIA	XII Encontro sobre regimes próprios de previdência social
PREVIDÊNCIA	e-Social e DCTF PREV - as novas mudanças para 2014
PREVIDÊNCIA	Aposentadoria Especial: avaliação comparativa dos efeitos da PEC 06/19 e PEC 133/19, direito aplicável, decisões dos tribunais e prática de cálculos
PREVIDÊNCIA	CONFERÊNCIA SUL BRASILEIRA: A reforma da previdência e o impacto nos Municípios.
ADMINISTRATIVO	Improbidade administrativa - a responsabilidade dos agentes públicos
ADMINISTRATIVO	Responsabilidade civil, administrativa e crimes no poder executivo e no legislativo: o que é, que cautelas adotar e como evitar a responsabilização.
ADMINISTRATIVO	Sindicância e processo administrativo disciplinar: atualização da lei municipal e prática processual
ADMINISTRATIVO	Planejamento público municipal
ADMINISTRATIVO	Planejamento na administração municipal
ADMINISTRATIVO	Orientações sobre a Lei Nº 13.019/2014, o marco regulatório das organizações da sociedade civil.
ADMINISTRATIVO	Sistematização do plano de governo: planejamento estratégico, tático e operacional
ADMINISTRATIVO	Direito eleitorais e administração pública (Resolução 23.341/11): os limites impostos pela legislação eleitoral à administração municipal
ADMINISTRATIVO	Curso de direito eleitoral: as normas eleitorais aplicáveis ao próximo pleito e as repercussões da legislação na administração pública.
ADMINISTRATIVO	Deveres do legislativo e do executivo: no processo legislativo, na técnica legislativa, na reforma administrativa
ADMINISTRATIVO	Fundamentos de direito público para secretários de governo, técnicos e assessores - Temas que eu gostaria de saber quando fui nomeado secretário municipal
ADMINISTRATIVO	Técnica legislativa: metodologia para a redação dos atos normativos e regulamentares
ADMINISTRATIVO	Qualificação da Técnica Legislativa: metodologia para elaboração das leis e regulamentos municipais
ADMINISTRATIVO	Elaboração de Projetos de Lei, Leis e Regulamentos Municipais: Metodologia e Técnica Legislativa Aplicável
ADMINISTRATIVO	Redação de leis e atos regulamentares
ADMINISTRATIVO	Redação de leis e atos regulamentares: técnica legislativa, ortografia e gramática
ADMINISTRATIVO	Redação de leis e atos regulamentares - técnica legislativa e a nova ortografia

AREA	CURSO
ADMINISTRATIVO	Redação de leis e atos regulamentares, técnica legislativa e a nova ortografia
ADMINISTRATIVO	Técnica legislativa e redação oficial dos municípios: adequações necessárias ao direito atual
ADMINISTRATIVO	5S's na administração pública - mudando hábitos do dia a dia no trabalho
ADMINISTRATIVO	Unidades de controle interno nos municípios: fundamentos importantes e rotinas para a atuação
ADMINISTRATIVO	Gestão de arquivos - documentos públicos: legislação aplicável e regulamento municipal
ADMINISTRATIVO	Concurso público e atos admissionais: constitucionalidade, normatização e procedimentos
ADMINISTRATIVO	Gestão municipal de concursos públicos: processamento, legislação obrigatória e responsabilidade na terceirização
ADMINISTRATIVO	Encontro técnico de prefeitos
ADMINISTRATIVO	Encontro técnico de prefeitos eleitos
ADMINISTRATIVO	Valorização do servidor público e segurança e prevenção de acidentes do trabalho
ADMINISTRATIVO	Capacitação básica para o assessor jurídico da administração municipal
ADMINISTRATIVO	Formação básica do procurador de municípios
ADMINISTRATIVO	Formação do procurador municipal
ADMINISTRATIVO	Webinário: Os 20 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal e os novos desafios impostos pela pandemia
ADMINISTRATIVO	Webinário - A carga horária dos profissionais do magistério e a obrigatoriedade da reserva de 1/3: análise dos aspectos jurídicos e administrativos
ADMINISTRATIVO	Transformando ambientes de trabalho: estratégias para impulsionar mudanças sociais antirracistas
ADMINISTRATIVO	Atualização da lei de sindicância e processo administrativo disciplinar: modelo de projeto de lei para adequação e fundamentos jurídicos
CIVIL	O novo código do processo civil
CIVIL	Recursos no processo civil
CIVIL	Curso sobre recursos cíveis
CIVIL	Ações Judiciais envolvendo a terceirização: ações cíveis e trabalhistas
CIVIL	Terceirização na reforma trabalhista e impactos na administração pública
CIVIL	Nova Lei sobre segurança, prevenção e proteção contra incêndios do Rio Grande do Sul: Lei complementar 14.376, de 26 de dezembro de 2013.
CIVIL	Processo do trabalho
CIVIL	O servidor público celetista
COMUNICAÇÃO	Mídias Sociais para Gestores Públicos: Desenvolvimento de Conteúdo e Construção de Relacionamento Humanizado

AREA	CURSO
COMUNICAÇÃO	Gestão do Facebook e Instagram para a administração pública: como aperfeiçoar o uso de ferramentas e mídias sociais
COMUNICAÇÃO	Planejamento e gestão de mídias sociais para a administração pública. Como aperfeiçoar o uso das ferramentas Facebook e Instagram.
COMUNICAÇÃO	Gestão Eficaz da comunicação pública - aspectos práticos
COMUNICAÇÃO	Media Training para Agentes Públicos: Como falar bem nos eventos presenciais e online, se relacionar com a imprensa e construir imagem e discurso positivos nas redes sociais.
COMUNICAÇÃO	CURSO PRÁTICO DE MEDIA TRAINING 360° PARA AGENTES PÚBLICOS: aprenda a se comunicar melhor em eventos presenciais e online, melhorar a relação com a imprensa e construir imagem e discurso positivos nas redes sociais
COMUNICAÇÃO	Protocolo cerimonial e organização de eventos na administração pública municipal
COMUNICAÇÃO	Qualificação do atendimento ao público e das relações do ambiente de trabalho
COMUNICAÇÃO	Comunicação na gestão de riscos e desastres: cultura do cuidado como estratégia de prevenção
COMUNICAÇÃO	ASSESSORIA DE IMPRENSA NA PRÁTICA: Aprenda a fazer assessoria de imprensa, utilizando as ferramentas a seu favor para gerenciar a comunicação no setor público
COMUNICAÇÃO	Gestão de riscos e crises na comunicação municipal
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Execução fiscal, alterações do CPC e demandas contra os municípios
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Execução fiscal e controle judicial da administração pública
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	O processo de execução fiscal em face do projeto de Lei 4.497/2004 (execução de título extrajudicial) e da proposta de alteração da Lei de execuções fiscais
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	A reforma processual: as alterações da execução extrajudicial e o projeto de Lei de mudanças na Lei de execuções fiscais
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Cobrança administrativa do crédito tributário e execução fiscal
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Cobrança de crédito tributário: parcelamentos, protesto cambial e execução fiscal
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Cobrança administrativa de crédito tributário e execução fiscal
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Execução fiscal, IPTU e contribuição de melhoria
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	IPTU: imposto predial e territorial urbano

AREA	CURSO
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	IPTU: alíquotas progressivas e diferenciadas
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Curso sobre imposto predial e territorial urbano e contribuição de melhoria
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Atualização e reestruturação do IPTU
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	ICMS aumentado o índice do município
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	ICMS: aumentando a arrecadação municipal
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	ICMS dos municípios - otimizando o índice de participação municipal na fase de recursos
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Atualização sobre ISSQN
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	ISSQN: aumentando a arrecadação municipal
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	ISS: adequações legais e outras iniciativas para o aumento de arrecadação
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Imposto Sobre Serviços: possibilidade de aumento da arrecadação municipal
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	ISS: possibilidade de aumento da arrecadação municipal, aspectos controversos e a tributação dos serviços bancários
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	ISS: Aspectos controversos e a tributação dos serviços bancários
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Gestão tributária: instituição, arrecadação e cobrança de tributos
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Tributos municipais: readequação, fiscalização e cobrança
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Tributos municipais: procedimentos de cobrança
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Novos instrumentos de gestão tributária municipal: a atividade de instituição, fiscalização e cobrança
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Aumentando a arrecadação Municipal: constituição, lançamento e cobrança do crédito tributário
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Encontro sobre estatuto da cidade e questões tributárias
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Processo administrativo tributário
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Curso de atualização da legislação tributária

AREA	CURSO
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Planejamento tributário
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Sistema de Custos e a Nova Contabilidade aplicada ao setor Público
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Contabilidade aplicada ao setor público - aspectos teóricos e práticos: plano de contas, lançamentos e demonstrações contábeis
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	A gestão de custos aplicada no serviço público, procedimentos para a sua implantação até dezembro de 2014
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	A gestão de custos aplicada no serviço público e suas aplicações perante a NBCASP
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Constituição e Lançamento do Crédito Tributário: cobrança e execução fiscal
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Tributos municipais: atualização legislativa e reforma tributária – EC N° 132/23

Publicações técnicas do IEM

O IEM tem uma tradição de produção de material didático de extrema qualidade técnica, que vem contribuindo, há 28 anos, com o aperfeiçoamento do serviço público em geral. São centenas de publicações, relacionadas às mais diversas áreas temáticas de cada curso desenvolvido, ao longo de sua trajetória.

Além disso, o IEM já publicou, dentre outros, os livros: Previdência Municipal: Guia dos Fundos e Institutos; Regime Próprio de Previdência do Município; Transporte Escolar; segurança, qualidade e responsabilidade; Sinalização Viária: o Guia dos Municípios; Manual do Motorista e do Operador de Máquinas.

O corpo técnico do IEM

Seus colaboradores, por sua vez, contribuem com vasta produção técnica constituída por livros, capítulos e organização de livros, artigos científicos, periódicos e outras publicações técnicas.

Ainda, reúnem significativa experiência como ministrantes de cursos e palestras em todo o Brasil, além de, em diversos casos, exercerem e/ou exercem a docência de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, inclusive mestrado e doutorado.

O Instituto conta com corpo técnico multidisciplinar, altamente qualificado, incluindo profissionais com Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado em suas áreas, além da vivência no âmbito da

Administração Pública e docência em cursos de nível superior e especialização. A docência nos cursos do IEM é sempre precedida de cuidadosa análise para a comprovação não apenas da titulação dos profissionais técnicos especializados, como da experiência com temas relacionados à Administração Pública.

A Diretoria do IEM também expressa a qualificação profissional de seus membros, tendo como diretores da Empresa:

Darcí Reali, Advogado, Mestre em Direito e Técnico em Agropecuária. Docente da Universidade de Caxias do Sul (2005-2010), no Curso de Direito e Curso Superior de Gestão Pública e em cursos de Pós-graduação (Direito Ambiental, Direito de Estado e outros). Técnico da extensão rural oficial do Estado do Rio Grande do Sul (1979-1993). Titular de Secretaria Municipal de Administração municipal (1993-1997). Assessor jurídico municipal (1998-2000). Autor e co-autor de livros, artigos e material didático-técnico, nas áreas de previdência pública, tributação, direito administrativo, transporte escolar, trânsito, meio-ambiente e outros. Atua na prestação de assessoria técnica e na qualificação de agentes públicos em diversos Estados brasileiros.

Catiusca Real, Doutora em Biologia (UNISINOS). Doutorado período sanduíche (UM2 - Sciences et Techniques, França). Mestre em Biologia (UNISINOS). Especialista em Microbiologia Clínica (UFRGS). Licenciada em Ciências Biológicas (UNISINOS). Pesquisadora na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, projeto proteínas vegetais e microbianas aplicadas ao manejo integrado de insetos (2010-2015). Bolsista no projeto proteínas vegetais e microbianas aplicadas ao manejo integrado de pragas, no laboratório de Microbiologia e Toxicologia - Unisinos (2007- 2007).

Jair Antunes Montiel, Especialista em Administração Pública no Século XXI (UFRGS), Licenciado em Filosofia (UNISINOS), Graduando em Ciências Sociais (UFRGS). Servidor municipal concursado nos Municípios de Salvador do Sul-RS (2007-2011), Carlos Barbosa – RS (2012) e Tupandi – RS (2012-2014); Vereador na legislatura (2009-2012); Docente em cursos e em treinamentos ministrados pelo IEM na área de transporte escolar. Ampla experiência na montagem de planilhas de custo de transporte escolar e no suporte aos Municípios que utilizam o sistema de informática FICATES WEB. Pesquisador de Ciência Política e Política Internacional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), projeto de pesquisa BRICS: Paradigmas de Política Pública e Governança Global.

Com acompanhamento pedagógico de **Camila Silva Cabreira**, Pedagoga no Instituto de Estudos Municipais - IEM. Graduada em Pedagogia (ULBRA). Graduanda em Ciências Sociais (UFRGS). Pesquisadora de Ciência Política e Política Internacional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Faz parte

do projeto de pesquisa BRICS: Paradigmas de Política Pública e Governança Global. Atuou como educadora ambiental no DMAE (Porto Alegre/RS) e nos anos iniciais das redes pública e privada de ensino.

Ainda, o IEM desenvolveu o sistema de informática SICAP, IEMPREV e IEMPREVweb, sistemas de Cálculo de Aposentadoria e Pensão e Sistema FICATES e FICATESweb, para Cálculo e de Custos e Fiscalização do Transporte Escolar.

Softwares

RPPS

IEMPREVweb – software de Gestão Previdenciária desenvolvido em linguagem web, com tecnologia em nuvem. Faz projeções e simulações de benefícios previdenciários.

Transporte Escolar

FICATESweb – Sistema de Cálculo de Custos do Transporte Escolar, desenvolvido pelo IEM para projetar os custos necessários das licitações dos serviços de Transporte Escolar. Permite cadastro de itinerários e rotas, gera planilhas analíticas e sintéticas de custos por itinerários e, também, planilha para proposta de licitante.

Tais razões justificam a escolha do fornecedor, pelas virtudes relativas ao objeto da contratação em estudo. No caso de dúvidas estamos a sua disposição no e-mail iem@iem.inf.br ou pelo telefone (51) 3778-1188.

CATIUSCA
REALI:01344713
009

Assinado de forma
digital por CATIUSCA
REALI:01344713009

Catiusca Reali

Sócia Diretora

IEM – Instituto de Estudos Municipais Ltda.

Porto Alegre, 08 de março de 2026.

DECLARAÇÃO DE NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DO IEM NO ÂMBITO DA PREVIDÊNCIA APLICÁVEL AO SERVIDOR PÚBLICO

Fundamentos legais: Art. 74, § 3.º da Lei n.º 14.133/21.

Declarante: IEM – Instituto de Estudos Municipais Ltda, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua dos Andradas, 1234, sala 1603, Centro Histórico, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 02.310.921/0001-86, por seus sócios Diretores Darcí Reali e Catiúsca Reali.

O IEM entende enquadrar-se juridicamente, com base nos fundamentos legais supramencionados, no conceito de empresa com notória especialização na prestação de serviços técnicos especializados relacionados aos Regimes Próprios de Previdência e à Previdência Aplicável aos Servidores Públicos efetivos, com base nas atividades desenvolvidas desde o ano de sua fundação, em 1997, conforme resumo a seguir elencado:

Atividades técnicas especializadas desenvolvidas:

O IEM é uma instituição voltada para a qualificação de recursos humanos, prestação de assessorias e desenvolvimento de sistemas de informática, serviços estes destinados à Administração Pública Municipal.

No âmbito da previdência, vem contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento desta importante área da Administração Pública, desde o ano de 1997.

O conjunto de ações desenvolvidas para a esfera pública e, em especial, no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social credenciam o IEM como uma instituição de confiabilidade técnica para o fornecimento de prestação de serviços de suporte técnico necessário à projeção e gestão de benefícios da previdência própria do setor público.

Para ilustrar, destacam-se as seguintes iniciativas que ilustram, exemplificativamente, a atuação da instituição nesta área do Direito Previdenciário:

1) Livros e apostilas editadas

Editou, em conjunto com a DPM – Delegações de Prefeituras Municipais, os livros técnicos:

- “Previdência Municipal – Guia dos Fundos e Institutos”, tendo sua primeira edição em 1998, antes mesmo da promulgação da Emenda Constitucional n.º 20/98 e a segunda edição em 1999, com temas sobre os regimes de previdência constitucionalmente previstos, a seguridade dos municípios do Rio Grande do Sul, medidas recomendáveis aos municípios para o saneamento da previdência própria, benefícios assegurados, ciência atuarial e outros temas inerentes.

- “Regime Próprio de Previdência do Município”, de 2002, apresentando temas pertinentes aos principais aspectos técnicos a serem observados na gestão dos regimes, fundamentos normativos e constitucionais, bem como noções de ciência atuarial e aspectos contábeis dentre outros assuntos essenciais relacionados ao tema.

Capítulos de livros:

2025 - Uma Previdência Social: novos paradigmas, velhos problemas. No livro Previdência e reforma em debate: Estudos Multidisciplinares sobre o RPPS no contexto da Emenda Constitucional 103/19.

- Também vem contribuindo com a disponibilização de apostilas técnicas com diversas versões e temas distintos, no âmbito da previdência pública, com amplo detalhamento das pautas apresentadas nos diferentes cursos oferecidos sobre o tema.

2) Encontros Estaduais de Previdência

Promoveu 12 (doze) Encontros Estaduais de Previdência Social, em parceria com a DPM – Delegações de Prefeituras Municipais, com especialistas nas suas respectivas épocas, e participação de centenas de servidores em cada Encontro Anual.
Exemplo ilustrativo: “Encontro Estadual de Atualização Previdenciária dos Regimes Próprios de Previdência Social” e “Compensação Financeira Previdenciária”.
Referidos encontros anuais contaram, em quase todas as edições, com técnicos e dirigentes do então Ministério da Previdência Social – Departamento dos RPPS, de Brasília.
Mais recentemente, promoveu a Conferência Sul Brasileira: A Reforma da Previdência e o Impacto nos Municípios.

3) Cursos promovidos

Promoveu inúmeros cursos relacionados aos Regimes Próprios de Previdência dos Municípios, nos últimos 20 anos, nos Estados do RS, SC, PR, SP, MG, e BA, inclusive diversos na modalidade *in company*, tornando-se uma referência nesta área do conhecimento técnico.

Dentre os cursos já promovidos, destacam-se:

- Previdência Municipal 2025: Impactos da Reforma e da Pec 66/2023 na Gestão dos RPPS e Práticas para Projeção de Benefícios
- Reforma da Previdência e Gestão de Benefícios: certezas e desafios
- Reforma da Previdência nos Municípios: dissecando as regras de aposentadoria do servidor público trazidas pela EC 103
- Reforma da Previdência: regras para concessão de aposentadorias e pensões dos servidores públicos municipais e a recomendação do conselho nacional dos RPPS
- Reforma da Previdência: o que muda para os municípios em relação aos benefícios previdenciários
- Aposentadoria Especial: avaliação comparativa dos efeitos da PEC 06/19 e PEC 133/19, direito aplicável, decisões dos tribunais e prática de cálculos.
- Regimes Próprios De Previdência Social: Fundamentos De Direito Administrativo Para A Gestão E Atuação Dos Conselhos.
- Curso preparatório para a realização de prova de certificação para responsáveis pela gestão dos recursos dos regimes próprios de previdência social - RPPS (CPA-20, CPA-10 e ANCOR).
- Exame de certificação para agente autônomo de investimentos.
- Formação de gestores dos regimes próprios de previdência.
- Encontro sobre compensação financeira entre os regimes de previdência e cálculo de aposentadorias.
- Compensação previdenciária: prática COMPREV Módulos RO e RI.
- Aprenda a investir as reservas patrimoniais dos regimes próprios de previdência social – RPPS.
- Elaboração da política anual de investimentos dos recursos dos regimes próprios de previdência social – RPPS.
- Capacitação do Comitê de investimentos dos regimes próprios de previdência.
- Aposentadorias Pensões e Servidores Públicos.
- Aposentadorias dos Servidores da Educação.
- Viabilidade financeira e atuarial dos regimes de previdência dos pequenos municípios.
- Atualização das normas atuariais e alterações para 2010.

- Elaboração de avaliação atuarial adequada às características do RPPS.
- Viabilidade financeira e atuarial dos regimes de previdência dos pequenos municípios.
- Gestão dos regimes próprios de previdência.
- Gestão dos regimes próprios de previdência: atualização e regulamentação interna.
- Gestão dos regimes próprios de previdência para setor de pessoal, diretoria e conselhos dos fundos.
- Gestão e benefícios dos regimes próprios de previdência.
- Obrigações previdenciárias municipais.
- Obrigações previdenciárias municipais perante o regime geral de previdência social - RGPS: Pagamentos e retenções - destaque: RAT, FAP 2011 e MANAD.
- Regimes próprios de previdência social: fundamentos de direito administrativo para a gestão dos conselhos.
- Perfil profissional previdenciário.
- e-Social e DCTF PREV - as novas mudanças para 2014.
- Compensação previdenciária: prática COMPREV Modulos RO e RI.

4) Avaliações atuariais

O IEM realizou próximo de mil (um mil) avaliações atuariais para os RPPS. Grande parte dessas avaliações anuais foram complementadas com reuniões técnicas e palestras aos agentes políticos municipais, gestores dos RPPS e servidores, sendo que em inúmeras oportunidades com a participação da quase totalidade dos servidores dos Municípios contratantes. Conta com registro no CIBA e atuário responsável.

5) Censo Previdenciário

Desenvolveu plataforma web, integrada ao sistema IEMPREV para cadastro de dados de censo previdenciário. Realizou censo previdenciário in loco, com equipes de recenseamento e armazenamento de dados em nuvem no Módulo Censo IEMPREVweb, relatórios analíticos.

6) Sistemas de Informática de Previdência

Desenvolveu o sistema de informática SICAP – Sistema de Aposentadoria e Pensão dos Servidores, constituindo-se no primeiro software de projeção de benefícios futuros ainda não implementados, com amplo detalhamento de todos os aspectos legais a serem considerados.

Posteriormente desenvolveu um sistema de informática mais avançado, o IEMPREV, que incorporou importantes novas funções necessárias à gestão dos RPPS. Atualmente, está disponibilizando o sistema IEMPREVweb, também desenvolvido por seu corpo técnico. Desenvolvimento do Módulo Censo Previdenciário e Disponibilização de Módulo para Prova de Vida On-line.

Tais razões, no entender do IEM, justificam o enquadramento como empresa de notória especialização.

O IEM salienta, no entanto, que o Município tem total liberdade para aferição dos dados e informações relatadas e autonomia, se entender necessário ou conveniente, para licitar a contratação de serviços, através de modalidades dispostas na Lei de Licitações, como alternativa à contratação direta. É fundamental, neste aspecto, que o Município encaminhe o referido processo de contratação para análise técnica da Procuradoria ou Assessoria Jurídica do Município contratante.



**INSTITUTO
DE ESTUDOS
MUNICIPAIS**

No caso de dúvidas estamos a sua disposição no e-mail iem@iem.inf.br ou pelo telefone (51) 3778-1188.

Atenciosamente,

CATIUSCA
REALI:01344713009

Assinado de forma
digital por CATIUSCA
REALI:01344713009

Catiusca Reali
Sócia-Diretora
IEM – Instituto de Estudos Municipais Ltda.

PORTFÓLIO DE CURSOS E ESPECIALIZAÇÃO DO IEM - INSTITUTO DE ESTUDOS MUNICIPAIS

O IEM – Instituto de Estudos Municipais Ltda é uma instituição voltada para a qualificação de recursos humanos, prestação de assessorias técnicas e desenvolvimento de sistemas de informática, com ênfase na Administração Pública e foco nas peculiaridades da Administração Municipal.

Atua há mais de 28 anos junto ao setor público, em especial aos Municípios, o IEM – Instituto de Estudos Municipais, prezando pela excelência na qualificação dos servidores públicos, com inspiração na sua Missão, que é prestar serviços técnicos especializados, com enfoque prioritário na Administração Pública, com zelo à necessária constitucionalidade e tendo como premissa a eficiência dos resultados e a ética em todos os procedimentos.

O Instituto já realizou, ao longo de seus 28 anos, mais de 1.200 edições de cursos, especialmente presenciais, além da experiência pelos sistemas EAD e na realização de webinários, tendo certificado mais de 40 mil alunos.

Destacam-se, entre as temáticas priorizadas nos cursos, as áreas do Direito Administrativo, Licitações, Saúde, Previdência, Direito Civil, Direito Tributário, Ambiental e Urbanístico, Comunicação, Contabilidade, Transporte Escolar, Educação, Trânsito, Fiscalização, dentre outras áreas. Promoveu inúmeros cursos nos Estados do RS, SC, PR, SP, MG, BA, PE, e RN, inclusive diversos na modalidade *in Company*, em diferentes Estados da Federação.

Alguns títulos já ministrados dentre essas grandes áreas:

AREA	CURSO
TRANSPORTE ESCOLAR	Cálculo de custos do Transporte Escolar, licitação e contratação dos serviços
TRANSPORTE ESCOLAR	Cálculo de custos, licitação e contratação do transporte escolar
TRANSPORTE ESCOLAR	Curso avançado de transporte escolar
TRANSPORTE ESCOLAR	Curso prático de cálculo de custos do transporte escolar
TRANSPORTE ESCOLAR	Curso prático: gestão do transporte escolar com os sistemas Google Earth, sistema eletrônico de gestão do transporte escolar (SETE), do governo federal, e exemplos de sistemas estaduais
TRANSPORTE ESCOLAR	Encontro sobre transporte escolar
TRANSPORTE ESCOLAR	Fiscalização do transporte escolar e programa de prevenção de acidentes -PPA
TRANSPORTE ESCOLAR	Formação de monitores do transporte escolar

AREA	CURSO
TRANSPORTE ESCOLAR	Formação de monitores do transporte escolar, requisitos legais dos cargos e exigências dos terceirizados
TRANSPORTE ESCOLAR	I Seminário do Transporte Escolar - Segurança, Responsabilidade, Regulamentação
TRANSPORTE ESCOLAR	Jornada de Transporte escolar: Segurança, qualidade e responsabilidade
TRANSPORTE ESCOLAR	licitação do transporte escolar: redução de custos e montagem de planilhas
TRANSPORTE ESCOLAR	Licitação e contratação do transporte escolar
TRANSPORTE ESCOLAR	Métodos práticos de planejamento, gestão e fiscalização do transporte escolar – atendimento aos preceitos da nova lei de licitações
TRANSPORTE ESCOLAR	Monitores do transporte escolar: requisitos legais para concurso público e exigências para a terceirização dos serviços
TRANSPORTE ESCOLAR	Novo marco legal do transporte escolar: roteiro, direito aplicável e modelos de leis, decreto e resolução
TRANSPORTE ESCOLAR	Plano municipal do transporte escolar
TRANSPORTE ESCOLAR	Plano municipal do transporte escolar: Tudo sobre as normas aplicáveis e a estruturação dos serviços
TRANSPORTE ESCOLAR	Regime de fretamento do transporte escolar no âmbito municipal
TRANSPORTE ESCOLAR	Regulamento e fiscalização do transporte escolar
TRANSPORTE ESCOLAR	Regulamento, custos e Licitação do transporte escolar
TRANSPORTE ESCOLAR	Reestruturação do Plano Municipal do Transporte Escolar: definição do direito e dos recursos e reestruturação da forma de prestação dos serviços
TRANSPORTE ESCOLAR	Transporte Escolar: cálculo de custos e orientações para licitação e contratação.
TRANSPORTE ESCOLAR	Transporte Escolar: cálculo de custos e orientações para licitação e contratação (Módulo II)
TRANSPORTE ESCOLAR	Transporte escolar: cálculo e controle de custos
TRANSPORTE ESCOLAR	Transporte Escolar: Curso Prático de Cálculo de Custos e Elaboração de Planilhas para Licitação
TRANSPORTE ESCOLAR	Transporte escolar: direito aplicável, regulamento municipal e responsabilidades
TRANSPORTE ESCOLAR	Transporte escolar: fatores críticos de risco e metodologia para programa de prevenção de acidentes
TRANSPORTE ESCOLAR	Transporte escolar: regulamento municipal e fiscalização contratual e de trânsito
TRANSPORTE ESCOLAR	Transporte escolar: regulamento municipal e procedimentos de fiscalização
TRANSPORTE ESCOLAR	transporte escolar: regulamento municipal e procedimentos de fiscalização contratual e de trânsito

AREA	CURSO
TRANSPORTE ESCOLAR	WEBINÁRIO: OS CONTRATOS DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA: SITUAÇÕES, REFLEXOS E POSSIBILIDADES – Aula 1
TRANSPORTE ESCOLAR	WEBINÁRIO: OS CONTRATOS DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA: SITUAÇÕES, REFLEXOS E POSSIBILIDADES – Aula 2
EDUCAÇÃO	Política Municipal de Educação: Aspectos Jurídicos Essenciais
EDUCAÇÃO	Implantação e gestão de escolas de educação infantil
EDUCAÇÃO	Administração de Escolas Municipais - Módulo III: Regulamento das competências e padronização dos atos administrativos
EDUCAÇÃO	Administração de Escolas Municipais - Módulo II: Legalidade, organização e liderança
EDUCAÇÃO	Administração de Escolas e Creches Municipais - Módulo I: Adequações legais e administrativas
EDUCAÇÃO	Administração de Escolas Municipais - Módulo I: Adequações legais e administrativas
EDUCAÇÃO	Organização de Bibliotecas Escolares
EDUCAÇÃO	Aperfeiçoamento do Plano de Trabalho da Educação
EDUCAÇÃO	Informatização de escolas e da Secretaria de Educação: Modernização e racionalização de recursos
EDUCAÇÃO	Prestação de contas dos recursos da educação do programa dinheiro direto na escola - PDDE: Em face à resolução n.º 2 de 18/01/2012 (Sistema de Gestão de Prestação de Contas - SIGPC); Resolução/CD/FNDE n 5, de 31/03/2014; e Res. N 15, de 10/07/2017
EDUCAÇÃO	Prestação de contas dos recursos da educação: PNATE< PDDE e PNAE, em face à resolução n 02 de 18/01/2012 (Sistema de Gestão de Prestação de Contas - SIGPC) e Resolução/CD/FNDE n 24 de 14 de junho de 2013
EDUCAÇÃO	Prestação de contas dos recursos da educação: PNATE< PDDE e PEATE, em face à resolução n 02 de 18/01/2012 e o Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC)
EDUCAÇÃO	Orçamento, gestão e prestação de contas dos recursos da educação: PNATE, PNAE E PDDE
EDUCAÇÃO	Prestação de contas dos recursos da educação: PNATE, PNAE, PDDE, e PEATE
EDUCAÇÃO	Práticas na elaboração do orçamento da educação municipal (LDO e LOA) e Gestão do recursos: aplicação e prestação de contas
EDUCAÇÃO	Gestão Financeira e orçamentária na educação municipal - Estrutura, gestão e aplicação dos recursos
EDUCAÇÃO	Aplicação e prestação de contas dos recursos do programa dinheiro direto na escola - PDDE
EDUCAÇÃO	Fatores de risco nas escolas e creches: legislação a observar e medidas preventivas

AREA	CURSO
EDUCAÇÃO	Administração de escolas públicas - Módulo I: Adequações legais e administrativas
EDUCAÇÃO	Direção de Escola
EDUCAÇÃO	Encontro de Educação
EDUCAÇÃO	II Encontro de Educação
EDUCAÇÃO	4º Encontro de Educação
EDUCAÇÃO	Organização da Produção e do Fornecimento da Merenda Escolar e orientações para Licitação
EDUCAÇÃO	Organização da Produção Local e do Fornecimento para a Alimentação Escolar: Integração de Iniciativas pela qualidade e orientações para Licitação
TRÂNSITO	Responsabilidade dos servidores municipais com o novo código de trânsito brasileiro
TRÂNSITO	O novo código de trânsito brasileiro: adotando um comportamento seguro
TRÂNSITO	Encontro sobre junta administrativa de recursos e infrações - JARI
TRÂNSITO	Municipalização do trânsito órgão executivo de trânsito
TRÂNSITO	Municipalização do trânsito passo a passo: fundamentos técnicos, roteiros e modelos de projeto de Lei e decretos
TRÂNSITO	Regularização do serviço de táxi: adequações legais, licitação e fiscalização
TRÂNSITO	Táxi, mototáxi e moto-frete: adequações legais, licitação e fiscalização
TRÂNSITO	Regime de táxi, mototáxi, moto-frete e o Uber: como adequar a legislação municipal ao direito vigente
FISCALIZAÇÃO	Fiscalização municipal de trânsito, obras, ambiente e sanitária: fundamentos legais e adequações administrativas
AMBIENTE/URBANISMO	Fundamentos de direito para engenheiros, arquitetos, assessores e dirigentes de órgãos municipais de engenharia, obras, urbanismo e ambiente
AMBIENTE/URBANISMO	Planos municipais de gerenciamento de resíduos sólidos - Procedimentos operacionais para atendimento para atendimento da Lei Federal nº12.305/10
AMBIENTE/URBANISMO	Planos municipais de gerenciamento de resíduos sólidos
AMBIENTE/URBANISMO	Os municípios e a questão ambiental
AMBIENTE/URBANISMO	Fundamentos de direito ambiental para a administração pública
AMBIENTE/URBANISMO	Encontro estadual sobre agricultura e meio ambiente
AMBIENTE/URBANISMO	Fundamentos de direito ambiental e constitucional e exercício do poder de polícia
AMBIENTE/URBANISMO	Tributação ambiental municipal
AMBIENTE/URBANISMO	Manejo de árvores em áreas urbanas: legislação, implantação e técnicas de manutenção e poda

AREA	CURSO
AMBIENTE/URBANISMO	Manejo de árvores em áreas urbanas: legislação, implantação e técnicas de manutenção e poda NBR 16.246-I e a LC Nº 140/11
AMBIENTE/URBANISMO	Arborização urbana
AMBIENTE/URBANISMO	Curso de arborização urbana e poda
AMBIENTE/URBANISMO	Arborização urbana e poda
AMBIENTE/URBANISMO	Manejo de Árvores em áreas urbanas, norma de poda NBR 16.246-I/13 e a LC Nº140/11
AMBIENTE/URBANISMO	Licenciamento ambiental e municipalização do meio ambiente
AMBIENTE/URBANISMO	Licenciamento ambiental Modulo I: licenciamento, fiscalização e competências
AMBIENTE/URBANISMO	Licenciamento ambiental Modulo I: licenciamento, fiscalização e competências e as Novas Licenças LU, LOR e LAC
AMBIENTE/URBANISMO	Imagens por satélite e sua aplicação no município
AMBIENTE/URBANISMO	Imagens por satélite e sua aplicação no município
AMBIENTE/URBANISMO	Planejamento urbano e adaptação climática
AMBIENTE/URBANISMO	Financiamento climático para cidades
AMBIENTE/URBANISMO	Licenciamento Ambiental Módulo III: fiscalização e autos de infração
LICITAÇÃO	Licitações, padronização de compras e inexecução contratual
LICITAÇÃO	Processo licitatório, contratação com a administração pública e inexecuções contratuais
LICITAÇÃO	Licitação de bens e serviços de informática
LICITAÇÃO	Licitação da merenda escolar
LICITAÇÃO	Licitação e contratação de serviços administrativos e de saúde e processo de seleção dos ACS e ACE
LICITAÇÃO	O processo licitatório de padronização de frotas de veículos: economia, vantagens técnicas e uniformidade
LICITAÇÃO	Processo de dispensa ou inexigibilidade de cursos, palestras, treinamentos e similares e orientações para os casos em que é imperativa a licitação
LICITAÇÃO	O novo pregão eletrônico: Adequações ao Decreto 10.024/19
LICITAÇÃO	Nova Lei de Licitações e Contratações Públicas
SAÚDE	Licitação de Medicamentos
SAÚDE	Medicamentos e Serviços de Saúde: a "necessária" organização da dispensação e as estratégias para o enfrentamento da "judicialização da saúde"
SAÚDE	Fornecimento de medicamentos e serviços da saúde: procedimentos administrativos e as estratégias de defesa dos municípios
SAÚDE	Fornecimento de medicamentos e serviços da saúde: a limitação da responsabilidade do estado e as estratégias de defesa dos municípios
SAÚDE	Controle judicial da administração pública: as ações para fornecimento de medicamentos

AREA	CURSO
SAÚDE	Responsabilidade civil, mandado de segurança e ações cominatórias para fornecimento de medicamentos
SAÚDE	Biodisponibilidade de nutrientes na alimentação infantil e do escolar
SAÚDE	Perigos e pontos críticos no serviço de alimentação: identificação, controle e ação
SAÚDE	Higiene e segurança alimentar com ênfase no processo produtivo
SAÚDE	Manual de boas práticas - higiene e segurança alimentar
SAÚDE	Manual básico de Higiene e segurança no serviço de alimentação
SAÚDE	Avaliação nutricional do pré-escolar, escolar e adolescente: atualização e as novas curvas de crescimento da OMS
SAÚDE	Avaliação e vigilância nutricional de escolares
SAÚDE	Educação alimentar no ensino fundamental
SAÚDE	Novo sistema de informações da atenção básica: e-sus AB detalhamento das operações e funcionalidades de interesse municipal
SAÚDE	Gestão da saúde municipal: ferramentas necessárias à secretaria municipal e aos órgãos de apoio
SAÚDE	Gestão da secretaria municipal da saúde - Módulo 1: Estruturação legal e administrativa dos serviços, dos órgãos e dos servidores
SAÚDE	Lei Orçamentária da saúde municipal: estrutura, gestão e aplicação dos recursos
SAÚDE	Gestão do financiamento do sistema único da saúde e regulação de assistência à saúde
SAÚDE	Gestão e prestação de contas dos recursos da saúde
SAÚDE	Gestão Financeira e orçamentária na saúde municipal - Estrutura, gestão e aplicação dos recursos
SAÚDE	Aperfeiçoamento do Plano de Trabalho da saúde municipal: Legalidade, organização e eficiência
SAÚDE	Adequação e aperfeiçoamento do plano de trabalho da saúde municipal: Legalidade, organização, produtividade e liderança
SAÚDE	III Curso DPM de capacitação em saúde
PREVIDÊNCIA	Preparatório para a realização de prova de certificação para responsáveis pela gestão dos recursos dos regimes próprios de previdência social - RPPS (CPA-20, CPA-10 e ANCOR)
PREVIDÊNCIA	Preparatório para a realização de prova de certificação para responsáveis pela gestão dos recursos dos regimes próprios de previdência social - RPPS
PREVIDÊNCIA	Curso preparatório para a realização de prova de certificação para responsáveis pela gestão dos recursos dos regimes próprios de previdência social - RPPS
PREVIDÊNCIA	Exame de certificação para agente autônomo de investimentos

AREA	CURSO
PREVIDÊNCIA	Preparatório para realização de prova de certificação para responsáveis pela gestão dos regimes próprios de previdência social - RPPS
PREVIDÊNCIA	Formação de gestores dos regimes próprios de previdência
PREVIDÊNCIA	Encontro sobre compensação financeira entre os regimes de previdência e cálculo de aposentadorias
PREVIDÊNCIA	Compensação previdenciária: prática COMPREV Módulos RO e RI
PREVIDÊNCIA	Aprenda a investir as reservas patrimoniais dos regimes próprios de previdência social - RPPS
PREVIDÊNCIA	Elaboração da política anual de investimentos dos recursos dos regimes próprios de previdência social - RPPS
PREVIDÊNCIA	Capacitação do Comitê de investimentos dos regimes próprios de previdência
PREVIDÊNCIA	Aposentadorias Pensões e Servidores Públicos
PREVIDÊNCIA	Aposentadorias dos e Servidores da Educação
PREVIDÊNCIA	Aposentadoria dos Servidores da Educação
PREVIDÊNCIA	Viabilidade financeira e atuarial dos regimes de previdência dos pequenos municípios
PREVIDÊNCIA	Atualização das normas atuariais e alterações para 2010
PREVIDÊNCIA	Elaboração de avaliação atuarial adequada às características do RPPS
PREVIDÊNCIA	Gestão dos regimes próprios de previdência
PREVIDÊNCIA	Gestão dos regimes próprios de previdência: atualização e regulamentação interna
PREVIDÊNCIA	Gestão dos regimes próprios de previdência para setor de pessoal, diretoria e conselhos dos fundos
PREVIDÊNCIA	Gestão e benefícios dos regimes próprios de previdência
PREVIDÊNCIA	Obrigações previdenciárias municipais
PREVIDÊNCIA	Obrigações previdenciárias municipais perante o regime geral de previdência social - RGPS: Pagamentos e retenções - destaque: RAT, FAP 2011 e MANAD
PREVIDÊNCIA	Regimes próprios de previdência social: fundamentos de direito administrativo para a gestão dos conselhos
PREVIDÊNCIA	Encontro sobre compensação financeira entre os regimes próprios de previdência
PREVIDÊNCIA	Perfil profissiográfico previdenciário
PREVIDÊNCIA	Encontro sobre contribuições e benefícios previdenciários - INSS
PREVIDÊNCIA	Encontro sobre regimes próprios de previdência
PREVIDÊNCIA	Encontro estadual de atualização previdenciária regimes próprios e INSS
PREVIDÊNCIA	Encontro estadual de atualização previdenciária regimes próprios de previdência social e compensação financeira previdenciária
PREVIDÊNCIA	IV Encontro estadual sobre regimes próprios de previdência social

AREA	CURSO
PREVIDÊNCIA	VII Encontro sobre regimes próprios de previdência social - RPPS
PREVIDÊNCIA	X Encontro sobre previdência social
PREVIDÊNCIA	XI Encontro estadual de previdência social - RPPS
PREVIDÊNCIA	XII Encontro sobre regimes próprios de previdência social
PREVIDÊNCIA	e-Social e DCTF PREV - as novas mudanças para 2014
PREVIDÊNCIA	Aposentadoria Especial: avaliação comparativa dos efeitos da PEC 06/19 e PEC 133/19, direito aplicável, decisões dos tribunais e prática de cálculos
PREVIDÊNCIA	CONFERÊNCIA SUL BRASILEIRA: A reforma da previdência e o impacto nos Municípios.
ADMINISTRATIVO	Improbidade administrativa - a responsabilidade dos agentes públicos
ADMINISTRATIVO	Responsabilidade civil, administrativa e crimes no poder executivo e no legislativo: o que é, que cautelas adotar e como evitar a responsabilização.
ADMINISTRATIVO	Sindicância e processo administrativo disciplinar: atualização da lei municipal e prática processual
ADMINISTRATIVO	Planejamento público municipal
ADMINISTRATIVO	Planejamento na administração municipal
ADMINISTRATIVO	Orientações sobre a Lei Nº 13.019/2014, o marco regulatório das organizações da sociedade civil.
ADMINISTRATIVO	Sistematização do plano de governo: planejamento estratégico, tático e operacional
ADMINISTRATIVO	Direito eleitorais e administração pública (Resolução 23.341/11): os limites impostos pela legislação eleitoral à administração municipal
ADMINISTRATIVO	Curso de direito eleitoral: as normas eleitorais aplicáveis ao próximo pleito e as repercussões da legislação na administração pública.
ADMINISTRATIVO	Deveres do legislativo e do executivo: no processo legislativo, na técnica legislativa, na reforma administrativa
ADMINISTRATIVO	Fundamentos de direito público para secretários de governo, técnicos e assessores - Temas que eu gostaria de saber quando fui nomeado secretário municipal
ADMINISTRATIVO	Técnica legislativa: metodologia para a redação dos atos normativos e regulamentares
ADMINISTRATIVO	Qualificação da Técnica Legislativa: metodologia para elaboração das leis e regulamentos municipais
ADMINISTRATIVO	Elaboração de Projetos de Lei, Leis e Regulamentos Municipais: Metodologia e Técnica Legislativa Aplicável
ADMINISTRATIVO	Redação de leis e atos regulamentares
ADMINISTRATIVO	Redação de leis e atos regulamentares: técnica legislativa, ortografia e gramática
ADMINISTRATIVO	Redação de leis e atos regulamentares - técnica legislativa e a nova ortografia

AREA	CURSO
ADMINISTRATIVO	Redação de leis e atos regulamentares, técnica legislativa e a nova ortografia
ADMINISTRATIVO	Técnica legislativa e redação oficial dos municípios: adequações necessárias ao direito atual
ADMINISTRATIVO	5S's na administração pública - mudando hábitos do dia a dia no trabalho
ADMINISTRATIVO	Unidades de controle interno nos municípios: fundamentos importantes e rotinas para a atuação
ADMINISTRATIVO	Gestão de arquivos - documentos públicos: legislação aplicável e regulamento municipal
ADMINISTRATIVO	Concurso público e atos admissionais: constitucionalidade, normatização e procedimentos
ADMINISTRATIVO	Gestão municipal de concursos públicos: processamento, legislação obrigatória e responsabilidade na terceirização
ADMINISTRATIVO	Encontro técnico de prefeitos
ADMINISTRATIVO	Encontro técnico de prefeitos eleitos
ADMINISTRATIVO	Valorização do servidor público e segurança e prevenção de acidentes do trabalho
ADMINISTRATIVO	Capacitação básica para o assessor jurídico da administração municipal
ADMINISTRATIVO	Formação básica do procurador de municípios
ADMINISTRATIVO	Formação do procurador municipal
ADMINISTRATIVO	Webinário: Os 20 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal e os novos desafios impostos pela pandemia
ADMINISTRATIVO	Webinário - A carga horária dos profissionais do magistério e a obrigatoriedade da reserva de 1/3: análise dos aspectos jurídicos e administrativos
ADMINISTRATIVO	Transformando ambientes de trabalho: estratégias para impulsionar mudanças sociais antirracistas
ADMINISTRATIVO	Atualização da lei de sindicância e processo administrativo disciplinar: modelo de projeto de lei para adequação e fundamentos jurídicos
CIVIL	O novo código do processo civil
CIVIL	Recursos no processo civil
CIVIL	Curso sobre recursos cíveis
CIVIL	Ações Judiciais envolvendo a terceirização: ações cíveis e trabalhistas
CIVIL	Terceirização na reforma trabalhista e impactos na administração pública
CIVIL	Nova Lei sobre segurança, prevenção e proteção contra incêndios do Rio Grande do Sul: Lei complementar 14.376, de 26 de dezembro de 2013.
CIVIL	Processo do trabalho
CIVIL	O servidor público celetista
COMUNICAÇÃO	Mídias Sociais para Gestores Públicos: Desenvolvimento de Conteúdo e Construção de Relacionamento Humanizado

AREA	CURSO
COMUNICAÇÃO	Gestão do Facebook e Instagram para a administração pública: como aperfeiçoar o uso de ferramentas e mídias sociais
COMUNICAÇÃO	Planejamento e gestão de mídias sociais para a administração pública. Como aperfeiçoar o uso das ferramentas Facebook e Instagram.
COMUNICAÇÃO	Gestão Eficaz da comunicação pública - aspectos práticos
COMUNICAÇÃO	Media Training para Agentes Públicos: Como falar bem nos eventos presenciais e online, se relacionar com a imprensa e construir imagem e discurso positivos nas redes sociais.
COMUNICAÇÃO	CURSO PRÁTICO DE MEDIA TRAINING 360° PARA AGENTES PÚBLICOS: aprenda a se comunicar melhor em eventos presenciais e online, melhorar a relação com a imprensa e construir imagem e discurso positivos nas redes sociais
COMUNICAÇÃO	Protocolo cerimonial e organização de eventos na administração pública municipal
COMUNICAÇÃO	Qualificação do atendimento ao público e das relações do ambiente de trabalho
COMUNICAÇÃO	Comunicação na gestão de riscos e desastres: cultura do cuidado como estratégia de prevenção
COMUNICAÇÃO	ASSESSORIA DE IMPRENSA NA PRÁTICA: Aprenda a fazer assessoria de imprensa, utilizando as ferramentas a seu favor para gerenciar a comunicação no setor público
COMUNICAÇÃO	Gestão de riscos e crises na comunicação municipal
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Execução fiscal, alterações do CPC e demandas contra os municípios
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Execução fiscal e controle judicial da administração pública
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	O processo de execução fiscal em face do projeto de Lei 4.497/2004 (execução de título extrajudicial) e da proposta de alteração da Lei de execuções fiscais
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	A reforma processual: as alterações da execução extrajudicial e o projeto de Lei de mudanças na Lei de execuções fiscais
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Cobrança administrativa do crédito tributário e execução fiscal
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Cobrança de crédito tributário: parcelamentos, protesto cambial e execução fiscal
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Cobrança administrativa de crédito tributário e execução fiscal
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Execução fiscal, IPTU e contribuição de melhoria
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	IPTU: imposto predial e territorial urbano

AREA	CURSO
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	IPTU: alíquotas progressivas e diferenciadas
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Curso sobre imposto predial e territorial urbano e contribuição de melhoria
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Atualização e reestruturação do IPTU
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	ICMS aumentado o índice do município
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	ICMS: aumentando a arrecadação municipal
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	ICMS dos municípios - otimizando o índice de participação municipal na fase de recursos
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Atualização sobre ISSQN
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	ISSQN: aumentando a arrecadação municipal
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	ISS: adequações legais e outras iniciativas para o aumento de arrecadação
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Imposto Sobre Serviços: possibilidade de aumento da arrecadação municipal
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	ISS: possibilidade de aumento da arrecadação municipal, aspectos controversos e a tributação dos serviços bancários
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	ISS: Aspectos controversos e a tributação dos serviços bancários
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Gestão tributária: instituição, arrecadação e cobrança de tributos
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Tributos municipais: readequação, fiscalização e cobrança
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Tributos municipais: procedimentos de cobrança
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Novos instrumentos de gestão tributária municipal: a atividade de instituição, fiscalização e cobrança
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Aumentando a arrecadação Municipal: constituição, lançamento e cobrança do crédito tributário
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Encontro sobre estatuto da cidade e questões tributárias
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Processo administrativo tributário
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Curso de atualização da legislação tributária



**INSTITUTO
DE ESTUDOS
MUNICIPAIS**

AREA	CURSO
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Planejamento tributário
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Sistema de Custos e a Nova Contabilidade aplicada ao setor Público
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Contabilidade aplicada ao setor público - aspectos teóricos e práticos: plano de contas, lançamentos e demonstrações contábeis
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	A gestão de custos aplicada no serviço público, procedimentos para a sua implantação até dezembro de 2014
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	A gestão de custos aplicada no serviço público e suas aplicações perante a NBCASP
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Constituição e Lançamento do Crédito Tributário: cobrança e execução fiscal
TRIBUTOS/CONTABILIDADE	Tributos municipais: atualização legislativa e reforma tributária – EC N° 132/23

Publicações técnicas do IEM

O IEM tem uma tradição de produção de material didático de extrema qualidade técnica, que vem contribuindo, há 28 anos, com o aperfeiçoamento do serviço público em geral. São centenas de publicações, relacionadas às mais diversas áreas temáticas de cada curso desenvolvido, ao longo de sua trajetória.

Além disso, o IEM já publicou, dentre outros, os livros: Previdência Municipal: Guia dos Fundos e Institutos; Regime Próprio de Previdência do Município; Transporte Escolar: segurança, qualidade e responsabilidade; Sinalização Viária: o Guia dos Municípios; Manual do Motorista e do Operador de Máquinas.

O corpo técnico do IEM

Seus colaboradores, por sua vez, contribuem com vasta produção técnica constituída por livros, capítulos e organização de livros, artigos científicos, periódicos e outras publicações técnicas.

Ainda, reúnem significativa experiência como ministrantes de cursos e palestras em todo o Brasil, além de, em diversos casos, exercerem e/ou exercem a docência de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, inclusive mestrado e doutorado.

O Instituto conta com corpo técnico multidisciplinar, altamente qualificado, incluindo profissionais com Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado em suas áreas, além da vivência no âmbito da

Administração Pública e docência em cursos de nível superior e especialização. A docência nos cursos do IEM é sempre precedida de cuidadosa análise para a comprovação não apenas da titulação dos profissionais técnicos especializados, como da experiência com temas relacionados à Administração Pública.

A Diretoria do IEM também expressa a qualificação profissional de seus membros, tendo como diretores da Empresa:

Darci Reali, Advogado, Mestre em Direito e Técnico em Agropecuária. Docente da Universidade de Caxias do Sul (2005-2010), no Curso de Direito e Curso Superior de Gestão Pública e em cursos de Pós-graduação (Direito Ambiental, Direito de Estado e outros). Técnico da extensão rural oficial do Estado do Rio Grande do Sul (1979-1993). Titular de Secretaria Municipal de Administração municipal (1993-1997). Assessor jurídico municipal (1998-2000). Autor e co-autor de livros, artigos e material didático-técnico, nas áreas de previdência pública, tributação, direito administrativo, transporte escolar, trânsito, meio-ambiente e outros. Atua na prestação de assessoria técnica e na qualificação de agentes públicos em diversos Estados brasileiros.

Catiusca Real, Doutora em Biologia (UNISINOS). Doutorado período sanduíche (UM2 - Sciences et Techniques, França). Mestre em Biologia (UNISINOS). Especialista em Microbiologia Clínica (UFRGS). Licenciada em Ciências Biológicas (UNISINOS). Pesquisadora na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, projeto proteínas vegetais e microbianas aplicadas ao manejo integrado de insetos (2010-2015). Bolsista no projeto proteínas vegetais e microbianas aplicadas ao manejo integrado de pragas, no laboratório de Microbiologia e Toxicologia - Unisinos (2007- 2007).

Jair Antunes Montiel, Especialista em Administração Pública no Século XXI (UFRGS), Licenciado em Filosofia (UNISINOS), Graduando em Ciências Sociais (UFRGS). Servidor municipal concursado nos Municípios de Salvador do Sul-RS (2007-2011), Carlos Barbosa – RS (2012) e Tupandi – RS (2012-2014); Vereador na legislatura (2009-2012); Docente em cursos e em treinamentos ministrados pelo IEM na área de transporte escolar. Ampla experiência na montagem de planilhas de custo de transporte escolar e no suporte aos Municípios que utilizam o sistema de informática FICATES WEB. Pesquisador de Ciência Política e Política Internacional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), projeto de pesquisa BRICS: Paradigmas de Política Pública e Governança Global.

Com acompanhamento pedagógico de **Camila Silva Cabreira**, Pedagoga no Instituto de Estudos Municipais - IEM. Graduada em Pedagogia (ULBRA). Graduanda em Ciências Sociais (UFRGS). Pesquisadora de Ciência Política e Política Internacional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Faz parte

do projeto de pesquisa BRICS: Paradigmas de Política Pública e Governança Global. Atuou como educadora ambiental no DMAE (Porto Alegre/RS) e nos anos iniciais das redes pública e privada de ensino.

Ainda, o IEM desenvolveu o sistema de informática SICAP, IEMPREV e IEMPREVweb, sistemas de Cálculo de Aposentadoria e Pensão e Sistema FICATES e FICATESweb, para Cálculo e de Custos e Fiscalização do Transporte Escolar.

Softwares

RPPS

IEMPREVweb – software de Gestão Previdenciária desenvolvido em linguagem web, com tecnologia em nuvem. Faz projeções e simulações de benefícios previdenciários.

Transporte Escolar

FICATESweb – Sistema de Cálculo de Custos do Transporte Escolar, desenvolvido pelo IEM para projetar os custos necessários das licitações dos serviços de Transporte Escolar. Permite cadastro de itinerários e rotas, gera planilhas analíticas e sintéticas de custos por itinerários e, também, planilha para proposta de licitante.

Tais razões justificam a escolha do fornecedor, pelas virtudes relativas ao objeto da contratação em estudo. No caso de dúvidas estamos a sua disposição no e-mail iem@iem.inf.br ou pelo telefone (51) 3778-1188.

CATIUSCA
REALI:01344713
009

Assinado de forma
digital por CATIUSCA
REALI:01344713009

Catiusca Reali

Sócia Diretora

IEM – Instituto de Estudos Municipais Ltda.



PREFEITURA DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO GERAL NEGATIVA DE DÉBITOS

Esta certidão é válida até: **26/09/2026**

Nome: IEM - INSTITUTO DE ESTUDOS MUNICIPAIS LTDA

CNPJ: 02.310.921/0001-86

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar quaisquer créditos que vierem a ser apurados, é certificado que, para o contribuinte acima especificado não constam débitos vencidos, lançados até 25 de agosto de 2026.

Certidão emitida em 27/08/2026 às 14:07:20, conforme Decreto 14.560 e Instruções Normativas SMF 04/2003 e 07/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada no sítio da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.portoalegre.rs.gov.br/smf>), informando **CNPJ: 02.310.921/0001-86** e o código de autenticidade **4B3C0C2F0DB5**

O presente documento não certifica inexistência de débitos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza declarados pelo contribuinte no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. Caso o contribuinte seja ou tenha sido optante pelo Simples Nacional nos últimos 5 (cinco) anos, a presente certidão deverá ser complementada por Certidão de Situação Fiscal fornecida pela Receita Federal do Brasil.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: IEM - INSTITUTO DE ESTUDOS MUNICIPAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 02.310.921/0001-86
Certidão nº: 72734072/2026
Expedição: 27/08/2026, às 14:14:05
Validade: 23/02/2027 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **IEM - INSTITUTO DE ESTUDOS MUNICIPAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 02.310.921/0001-86, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

Nome: **ITEM INSTITUTO DE ESTUDOS MUNICIPAIS LTDA**

CNPJ base: **02.310.921/**

Obs.: A presente certidão é válida para toda a empresa, representada pelo CNPJ base composto pelos 8 primeiros dígitos. Todos os estabelecimentos da empresa foram avaliados na pesquisa de regularidade fiscal.

Certificamos que, aos **27 dias do mês de AGOSTO do ano de 2026**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular do CNPJ base acima se enquadra na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1. Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão **NÃO** comprova a quitação:

- a) de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual - Lei nº 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arrolamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

Esta certidão é válida até 25/10/2026.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em
<https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx>
com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão nº: **41781262**
Autenticação: **52270991**





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: IEM - INSTITUTO DE ESTUDOS MUNICIPAIS LTDA
CNPJ: 02.310.921/0001-86

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:17:13 do dia 27/08/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 23/02/2027.

Código de controle da certidão: **CDD8.766C.4A5D.D222**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.310.921/0001-86
Razão Social: IEM - INSTITUTO DE ESTUDOS MUNICIPAIS LTDA
Endereço: R DOS ANDRADAS 1234 SALA 1603/ CENTRO HISTORICO / PORTO ALEGRE / RS / 90020-008

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/08/2026 a 25/09/2026

Certificação Número: 2026082702270620794335

Informação obtida em 27/08/2026 14:18:51

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

43203675351

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

Nome: **ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul**
IEM INSTITUTO DE ESTUDOS MUNICIPAIS LTDA - EPP
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



RSP2200417316

Nº DE VIAS CÓDIGO DO ATO CÓDIGO DO EVENTO QTDE DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2001	1	ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2005	1	SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

PORTO ALEGRE
Local

13 Maio 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO _____
Data Responsável

☐ NÃO _____
Data Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8288423 em 17/05/2022 da Empresa IEM INSTITUTO DE ESTUDOS MUNICIPAIS LTDA - EPP, CNPJ 02310921000186 e protocolo 221494162 - 03/05/2022. Autenticação: 76D4AC4F2290A1D199B0223E9C61A3246A43E6F. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/149.416-2 e o código de segurança R7Dd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/05/2022 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

CARLOS VICENTE BERNARDONI GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 1/10



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
RIO GRANDE DO SUL
Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/149.416-2	RSP2200417316	03/05/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		Data Assinatura
CPF	Nome	
993.765.980-91	AGDA MENEGUZZO	15/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do g vb		
Selo Ouro - Certificado Digital		

CPF	Nome	Data Assinatura
013.447.130-09	CATIUSCA REALI	13/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do g vb		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Balcão Denatran, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		

CPF	Nome	Data Assinatura
290.905.470-53	DARCI REALI	15/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do g vb		
Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		

CPF	Nome	Data Assinatura
007.217.260-62	JAIR ANTUNES MONTIEL	15/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do g vb		
Selo Ouro - Certificado Digital		



DEM – INSTITUTO DE ESTUDOS MUNICIPAIS LTDA
NIRE N.º 43203675351
ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE N.º 7 E TERCEIRA CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

DARCI REALI, brasileiro, casado em comunhão universal de bens, advogado com registro na OAB/RS nº 32.764, portador da Cédula de Identidade nº 3014886448 expedida pela SSP/PC-RS, CPF 290.905.470-53, residente na Rua General João Manoel, n.º 207, apto. 83, CEP. 90.010-030, Porto Alegre – RS.

AGDA MENEGUZZO, brasileira, solteira, advogada com registro na OAB/RS n.º 74.745, RG 3066038898 expedida pela SJS/RS, CPF 993765980-91, residente e domiciliada na Rua General Vitorino, 267, apto 501, CEP 90.020.171, Porto Alegre – RS.

Únicos sócios do IEM – INSTITUTO DE ESTUDOS MUNICIPAIS LTDA, sociedade limitada, com sede à Rua dos Andradas, 1234, conjunto 1603, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90020-008 Porto Alegre-RS, CNPJ 02.310.921/0001-86, com seu ato constitutivo devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob n.º 43203675351 arquivado em 23/12/1997. Promovem esta **Sétima Alteração Contratual e Consolidação de Contrato Social** da sociedade referida, com base nas cláusulas e condições seguintes:

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

PRIMEIRA – É admitida na sociedade **CATIUSCA REALI**, brasileira, casada em comunhão parcial de bens, bióloga, RG 2088616641 expedida pela SJS/RS, CPF 013.447.130-09, residente e domiciliada na Rua João Alfredo, nº 764, apto 104, CEP 90.020.171, Porto Alegre – RS, na qualidade de sócia ingressante, e é admitido na sociedade **JAIR ANTUNES MONTIEL**, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, especialista em Administração Pública, RG 7075670849 expedida pela SJS/RS, CPF 007.217.260-62, residente e domiciliado na Rua João Alfredo, nº 764, apto 104, CEP 90.020.171, Porto Alegre – RS, na qualidade de sócio ingressante.

SEGUNDA - Retira-se da sociedade, com a transferência das quotas aos sócios ingressantes : **AGDA MENEGUZZO**, cedendo e transferindo, a título oneroso, por meio de operação de venda, a quantia de 1.000 (Um mil) quotas unitárias de R\$ 1,00 (um real) cada, perfazendo, na soma, o total de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) a sócia ingressante **CATIUSCA REALI** e cedendo e transferindo, a título oneroso, por meio de operação de venda, a quantia de 1.000 (Um mil) quotas unitárias de R\$ 1,00 (um real) cada, perfazendo, na soma, o total de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) ao sócio ingressante **JAIR ANTUNES MONTIEL**. O sócio **DARCI REALI**, cede e transfere, a título oneroso, por meio de operação, parte das suas participações societárias na quantia de 9.000 (nove mil) quotas unitárias de R\$ 1,00 (um real) cada, perfazendo, na soma, o total de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) a sócia ingressante **CATIUSCA REALI** e cede e transfere, a título oneroso, por meio de operação de venda, parte das suas participações societárias na quantia de 9.000 (nove mil) quotas unitárias de R\$ 1,00 (um real) cada, perfazendo, na soma, o total de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) ao sócio ingressante **JAIR ANTUNES MONTIEL**.

Parágrafo único: O sócio cedente dá aos cessionários e à sociedade plena e geral quitação relativamente à cessão das quotas e sobre todos os direitos, incluindo-se os contratos vigentes e os direitos gerais e intelectuais sobre sistemas de informática bem como, desses, reciprocamente a recebem.

TERCEIRA - Em razão das alterações dispostas nas cláusulas anteriores, o capital social, que é de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), dividido em 42.000 (quarenta e duas mil) quotas de R\$ 1,00 (um real), passa a ter a seguinte distribuição entre os sócios remanescente e ingressante:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR TOTAL – R\$
Catiusca Reali	10.000	10.000,00
Jair Antunes Montiel	10.000	10.000,00
Darci Reali	22.000	22.000,00
TOTAL	42.000	42.000,00



QUARTA - Os sócios remanescentes, DARCÍ REALI, CATIUSCA REALI E JAIR ANTUNES MONTIEL, neste ato, assumem o ativo e passivo da sociedade, respondendo civil e criminalmente por todos os atos praticados.

QUINTA - A sociedade passa a ter o seguinte objeto social: a) desenvolvimento, cessão de uso e comercialização de equipamentos, componentes e sistemas (programas) de informática e prestação de serviços de suporte técnico; b) ensino; c) capacitação de recursos humanos, através da realização de cursos, treinamentos, seminários, simpósios, encontros, palestras e similares; d) cursos preparatórios para concursos públicos; e) elaboração de avaliação e auditoria atuarial, bem como assessoria para implementar as mudanças decorrentes das avaliações atuariais; f) consultoria e assessoria em diferentes áreas, através de profissionais técnicos especializados próprios ou contratados, em objetos compatíveis com a habilitação dos sócios ou de terceiros contratados; g) assessoria e consultoria no desenvolvimento de projetos de captação de recursos financeiros e outros projetos técnicos; h) edição e comercialização de livros, apostilas e outros materiais didáticos, impressos ou em meio digital; i) emissão de pareceres técnicos; j) patrocínio de estudos e pesquisas sobre diferentes rotinas especialmente relacionadas à área pública e outros serviços correlatos; k) desenvolvimento e comercialização de websites e aplicativos.

SEXTA - A administração da sociedade será exercida pelo sócio DARCÍ REALI e CATIUSCA REALI, em conjunto ou isoladamente, na qualidade de sócios administradores, com poderes e atribuições de realizar todas as operações para a consecução de seu objeto social, representando a sociedade ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, sendo o seu exercício previsto nesse contrato, sendo que ao sócio JAIR ANTUNES MONTIEL caberá atividades técnicas e administrativas auxiliares, assinaturas de contratos, participações de licitações contemplando todos os atos do processo licitatório, contratação e execução contratual, podendo representar o IEM, para estas atividades, independentemente de procuração.

SÉTIMA - Permanecem vigentes as demais cláusulas não alteradas relativas ao contrato social consolidado.

IEM – INSTITUTO DE ESTUDOS MUNICIPAIS LTDA
NIRE N.º 43203675351
TERCEIRA CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

DARCI REALI, brasileiro, casado em comunhão universal de bens, advogado com registro na OAB/RS nº 32.764, portador da Cédula de Identidade nº 3014886448 expedida pela SSP/PC-RS, CPF 290.905.470-53, residente na Rua General João Manoel, n.º 207, apto. 83, CEP. 90.010-030, Porto Alegre – RS.

CATIUSCA REALI, brasileira, casada em comunhão parcial de bens, bióloga, RG 2088616641, expedida pela SJS/RS, CPF 013.447.130-09, residente e domiciliada na Rua João Alfredo, nº 764, apto 104, CEP 90.020.171, Porto Alegre – RS.

JAIR ANTUNES MONTIEL, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, especialista em Administração Pública, RG 7075670849 expedida pela SJS/RS, CPF 007.217.260-62, residente e domiciliado na Rua João Alfredo, nº 764, apto 104, CEP 90.020.171, Porto Alegre – RS.

Únicos sócios do IEM – INSTITUTO DE ESTUDOS MUNICIPAIS LTDA, sociedade limitada, com sede à Rua dos Andradas, 1234, conjunto 1603, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90020-008, Porto Alegre-RS, CNPJ 02.310.921/0001-86, com seu ato constitutivo devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob n.º 43203675351 arquivado em 23/12/1997, promovem esta **Terceira Consolidação Contratual** da sociedade referida, com base nas cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA - A sociedade se apresenta sob a denominação social de IEM – INSTITUTO DE ESTUDOS MUNICIPAIS LTDA, CNPJ 02.310.921/0001-86, com sede à Rua dos Andradas, 1234, sala 1603, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90020-008.



SEGUNDA - O capital social do IEM, devidamente integralizado, é de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), dividido em 42.000 (quarenta e duas mil) quotas de R\$ 1,00 (um real), com a seguinte distribuição entre os sócios:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR TOTAL – R\$
Catiusca Reali	10.000	10.000,00
Jair Antunes Montiel	10.000	10.000,00
Darcí Reali	22.000	22.000,00
TOTAL	42.000	42.000,00

TERCEIRA - A sociedade passa a ter o seguinte objeto social: a) desenvolvimento, cessão de uso e comercialização de equipamentos, componentes e sistemas (programas) de informática e prestação de serviços de suporte técnico; b) ensino; c) capacitação de recursos humanos, através da realização de cursos, treinamentos, seminários, simpósios, encontros, palestras e similares; d) cursos preparatórios para concursos públicos; e) elaboração de avaliação e auditoria atuarial, bem como assessoria para implementar as mudanças decorrentes das avaliações atuariais; f) consultoria e assessoria em diferentes áreas, através de profissionais técnicos especializados próprios ou contratados, em objetos compatíveis com a habilitação dos sócios ou de terceiros contratados; g) assessoria e consultoria no desenvolvimento de projetos de captação de recursos financeiros e outros projetos técnicos; h) edição e comercialização de livros, apostilas e outros materiais didáticos, impressos ou em meio digital; i) emissão de pareceres técnicos; j) patrocínio de estudos e pesquisas sobre diferentes rotinas especialmente relacionadas à área pública e outros serviços correlatos; k) desenvolvimento e comercialização de websites e aplicativos.

QUARTA - A empresa teve o início das suas atividades em 08/10/1997 e seu prazo de duração é indeterminado.

QUINTA - A responsabilidade de cada sócio por eventuais prejuízos é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

SEXTA - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, assegurada a aquisição na proporção das quotas de cada sócio remanescente, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

SÉTIMA - O sócio cotista que desejar retirar-se da sociedade deverá dar aviso por escrito aos demais sócios com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

OITAVA - Em caso de liquidação de quota, salvo acordo entre o sócio retirante e os demais sócios remanescentes, os haveres correspondentes ao sócio retirante serão apurados atualizando o valor das quotas pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado ou outro que o vier a substituir, podendo haver parcelamento.

NONA - Em caso de falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, extingue-se a participação dos mesmos na sociedade, não cabendo direito à sociedade por parte de herdeiros, sucessores e do incapaz, revertendo as quotas à sociedade. Nesse caso, o valor de seus haveres será apurado e liquidado adotando-se os mesmos critérios especificados na cláusula anterior, que trata da liquidação de quotas.

DÉCIMA - A administração da sociedade será exercida pelo sócio **DARCÍ REALI** e **CATIUSCA REALI**, em conjunto ou isoladamente, na qualidade de sócios administradores, com poderes e atribuições de realizar todas as operações para a consecução de seu objeto social, representando a sociedade ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, sendo o seu exercício previsto nesse contrato, sendo que ao sócio **JAIR ANTUNES MONTIEL** caberá atividades técnicas e administrativas auxiliares, assinaturas de contratos, participações de licitações contemplando todos os atos do processo licitatório, contratação e execução contratual, podendo representar o IEM, para estas atividades, independentemente de procuração.



§ 1º - Os sócios do IEM receberão "pró-labore" mensal, fixado de comum acordo pelos sócios em reunião, respeitando as normas fiscais vigentes e os seus limites.

§ 2º - É vedado aos sócios fazerem uso da empresa na prestação de garantia, fiança, aval ou qualquer outro título de favor em negócios estranhos ao objeto social.

DÉCIMA PRIMEIRA - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração dos demonstrativos e registros contábeis nos termos da legislação vigente.

DÉCIMA SEGUNDA - A divisão e distribuição dos lucros auferidos pela sociedade será decidida em reunião dos cotistas, com decisão firmada em ata, podendo ser autorizada a antecipação de lucro, respeitadas as disposições legais vigentes.

Parágrafo único. A divisão dos lucros não precisa obedecer ao percentual de proporção das quotas subscritas de cada sócio, podendo ser convencionado, por decisão da maioria, divisão diversa.

DÉCIMA TERCEIRA - O administrador declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

DÉCIMA QUARTA - A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação dos sócios cotistas, aplicando-se a legislação brasileira.

Parágrafo único: Em caso de dissolução da sociedade, o patrimônio será partilhado aos sócios na proporção do capital de cada um na sociedade.

DÉCIMA QUINTA - Os casos não especificados neste estatuto serão decididos por voto da maioria dos sócios.

DÉCIMA SEXTA - O endereço da sociedade passa a ser a Rua dos Andradas, n.º 1234, conjunto 1603, CEP 90020-008, Porto Alegre-RS e fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre-RS, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

DÉCIMA SETIMA - Ficam revogadas todas as demais cláusulas do contrato social original e das posteriores alterações, vigendo única e exclusivamente as cláusulas do presente instrumento de CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL.

Porto Alegre (RS), 03 de maio de 2022.

DARCI REALI
Sócio
Assinado em formato digital

AGDA MENEGUZZO
Sócia retirante
Assinado em formato digital

CATIUSCA REALI
Sócia ingressante
Assinado em formato digital

JAIR ANTUNES MONTIEL
Sócio ingressante
Assinado em formato digital





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
RIO GRANDE DO SUL
Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/149.416-2	RSP2200417316	03/05/2022

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome	Data Assinatura
993.765.980-91	AGDA MENEGUZZO	15/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do g vb ITI		
Selo Ouro - Certificado Digital		

013.447.130-09	CATIUSCA REALI	13/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do g vb ITI		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Balcão Denatran, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		

290.905.470-53	DARCI REALI	15/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do g vb ITI		
Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital		

007.217.260-62	JAIR ANTUNES MONTIEL	15/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do g vb ITI		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8288423 em 17/05/2022 da Empresa IEM INSTITUTO DE ESTUDOS MUNICIPAIS LTDA - EPP, CNPJ 02310921000186 e protocolo 221494162 - 03/05/2022. Autenticação: 76D4AC4F2290A1D199B0223E9C61A3246A43E6F. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/149.416-2 e o código de segurança R7Dd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/05/2022 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves
Secretário-Geral

pág. 7/10



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa IEM INSTITUTO DE ESTUDOS MUNICIPAIS LTDA - EPP, de CNPJ 02.310.921/0001-86 e protocolado sob o número 22/149.416-2 em 03/05/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8288423, em 17/05/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Rafael Fioravanti Matias.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo		Assinante(s)	Data Assinatura
CPF	Nome		
013.447.130-09	CATIUSCA REALI		13/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do			
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Balcão Denatran, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking			
290.905.470-53	DARCI REALI		15/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do			
Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital			
007.217.260-62	JAIR ANTUNES MONTIEL		15/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do			
Selo Ouro - Certificado Digital			
993.765.980-91	AGDA MENEGUZZO		15/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do			
Selo Ouro - Certificado Digital			



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucisrs informando o número do protocolo 22/149.416-2.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8288423 em 17/05/2022 da Empresa IEM INSTITUTO DE ESTUDOS MUNICIPAIS LTDA - EPP, CNPJ 02310921000186 e protocolo 221494162 - 03/05/2022. Autenticação: 76D4AC4F2290A1D199B0223E9C61A3246A43E6F. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/149.416-2 e o código de segurança R7Dd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/05/2022 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 8/10



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
Governador do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Documento Principal

CPF	Nome	Assinante(s)	Data Assinatura
013.447.130-09	CATIUSCA REALI		13/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  			
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Balcão Denatran, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking			
290.905.470-53	DARCI REALI		15/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  			
Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital			
007.217.260-62	JAIR ANTUNES MONTIEL		15/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  			
Selo Ouro - Certificado Digital			
993.765.980-91	AGDA MENEGUZZO		15/05/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  			
Selo Ouro - Certificado Digital			

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 03/05/2022



Documento assinado eletronicamente por Rafael Fioravanti Matias, Servidor(a) Público(a), em 17/05/2022, às 15:20.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisrs](http://jucisrs.rs.gov.br/validacao) informando o número do protocolo 22/149.416-2.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 8288423 em 17/05/2022 da Empresa IEM INSTITUTO DE ESTUDOS MUNICIPAIS LTDA - EPP, CNPJ 02310921000186 e protocolo 221494162 - 03/05/2022. Autenticação: 76D4AC4F2290A1D199B0223E9C61A3246A43E6F. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/149.416-2 e o código de segurança R7Dd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/05/2022 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

CARLOS V. B. GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 9/10



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
RIO GRANDE DO SUL
Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
193.107.810-68	CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES

Porto Alegre. terça-feira, 17 de maio de 2022



Porto Alegre, 10 de julho de 2026

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

O IEM - Instituto de Estudos Municipais Ltda., inscrito no CNPJ nº 02.310.921/0001/86, localizado na Rua dos Andradas, 1234, sala 1603, Centro Histórico, Porto Alegre - RS, por seu representante legal, Sra. Catusca Reali, RG 2088616641 e CPF 013.447.130-09, DECLARA, sob as penas da lei e para fins de contratação, que a Empresa não está suspensa da participação de licitações, nem impedida de contratar com o poder público e, da mesma forma, não está na situação de empresa inidônea para licitar ou contratar com o poder público.

Atenciosamente,

CATIUSCA
REALI:01344713009

Assinado de forma
digital por CATIUSCA
REALI:01344713009

Catusca Reali
Sócia-Diretora do IEM

Porto Alegre, 10 de julho de 2026

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES

O IEM - Instituto de Estudos Municipais Ltda., inscrito no CNPJ nº 02.310.921/0001/86, localizado na Rua dos Andradas, 1234, sala 1603, Centro Histórico, Porto Alegre - RS, por seu representante legal, Sra. Catusca Reali, RG 2088616641 e CPF 013.447.130-09, DECLARA, sob as penas da lei e para fins de contratação, que a empresa não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 (dezesseis) anos, conforme disposto no artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal e artigo 68, da Lei 14.133/21.

Atenciosamente,

CATIUSCA
REALI:013447130
09

Assinado de forma
digital por CATIUSCA
REALI:01344713009

Catusca Reali
Sócia-Diretora do IEM



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO
SETOR DE PROTOCOLO

Página 1 de 1

GUIA DE PROCESSO

Nome do Requerente: LUCAS LIRA DA COSTA

1ª VIA

Telefone:

Celular:

Protocolo Nº: 2722/2026

Código de Verificação: SOM5-BRFU

Data de Entrada: 04/09/2026

Assunto:

Solicito contratação de empresa para aquisição/prestação de serviços visando atendimento da demanda do Município de Espumoso. Capacitar os participantes para operar o SAPIEM de forma segura e orientada ao fluxo oficial de registro dos atos de inativação, compreendendo o que deve ser preenchido em cada tela, quais documentos devem fundamentar as informações lançadas, quais erros são mais frequentes e quais conferências devem ser realizadas antes da remessa ao TCE-RS.

TRAMITAÇÃO DO PROCESSO

Data	Local onde se encontra o processo	Func. Responsável
04/09/2026	Entrada no Setor de Protocolo	

1ª VIA Requerente; 2ª VIA Anexo Requerimento; 3ª VIA Arquivo Ordem Alfabética; 4ª VIA Arquivo Ordem Alfabética